



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO  
PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

**PLS - TRT-PR**  
**RELATÓRIO DE DESEMPENHO**  
**2018**

Última atualização: 28 de fevereiro de 2019

Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região

Gestão 2017-2018

Desembargadora Marlene Teresinha Fuverki Suguimatsu - Presidente

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos - Vice-Presidente

Desembargador Sérgio Murilo Rodrigues Lemos - Corregedor Regional

Unidades Envolvidas:

Setor de Sustentabilidade

Secretária de Planejamento Estratégico, Gestão e Estatística

Secretaria de Licitações e Contratos

Secretaria de Engenharia e Arquitetura

Secretaria Administrativa

Secretaria de Gestão de Pessoas

Secretaria da Tecnologia da Informação

Subcomissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável:

Ana Cristina Navarro Lins, suplente Flávia Matos de Almeida Gonçalves

Maristela Lima, suplente Nelson Amazonas Girão de Araújo

Francisco de Assis da Luz Ribeiro, suplente Rhodney César Moré

Arnaldo Rogério Pestana, suplente Paulo Celso Gerva

Anadélia Trentini Campara, suplente Regina Conceição Ciscato de Lima

Cleuci Biembenguti da Silva, suplente Elizângela Barboza

Valéria Cobbe, suplente Lucimara Schroeder

Clemerson Keiber, suplente Carlos Alberto Oberlander Lopes

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

---

1ª edição: fevereiro de 2019.

BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Setor de Sustentabilidade.

**Relatório de Desempenho do Plano de Logística Sustentável do TRT-PR - ano 2018.**

Paraná, 2019.

---

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>4</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS .....</b>	<b>5</b>
<b>3</b>	<b>RESULTADOS .....</b>	<b>6</b>
	Eixo de Atuação 01: Gestão de resíduos sólidos.....	8
	Eixo de Atuação 02: Gestão de materiais de consumo.....	13
	Eixo de Atuação 03: Eficiência energética .....	18
	Eixo de Atuação 04: Eficiência no consumo de água .....	21
	Eixo de Atuação 05: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática .....	24
	Eixo de Atuação 06: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados .....	30
	Eixo de Atuação 07: Gestão de contratos de terceirização.....	33
	Eixo de Atuação 08: Capacitação e educação socioambiental.....	39
	Eixo de Atuação 09: Qualidade de vida no trabalho .....	41
	Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia .....	53
	Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia .....	63
	Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível .....	66
	Eixo de Atuação 13: critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo. ....	68
<b>4</b>	<b>INVENTÁRIO DE MATERIAIS .....</b>	<b>72</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>72</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Preocupações globais em torno da sustentação da própria vida no planeta impõem, na atualidade, que as organizações, tanto públicas quanto privadas realizem objetivos e pautem suas ações em conformidade com a temática da sustentabilidade, considerando seu tripé, que é formado pelos aspectos ambientais, econômicos e sociais.

O papel do serviço público deve estar inserido nas responsabilidades que decorrem do panorama de globalização atual. Esse papel não se resume a apenas cumprir leis e regulamentos, mas impõe desenvolver práticas internas de ações afirmativas e observar os princípios éticos relacionados à sustentabilidade.

A noção de sustentabilidade liga-se a compreensão da sociedade e exige escolhas e decisões que possam minimizar consequências ou impactos negativos que afetem a coletividade. Essa responsabilidade está intrinsecamente relacionada aos indivíduos, direta ou indiretamente, consciente ou inconscientemente. A nova visão sobre o tema materializa-se por meio de políticas, estratégias e ações capazes de contribuir com o desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, crenças e valores são revistos e atingem ações sociais em todas as esferas das organizações.

O Tribunal Regional do Trabalho do Paraná, definiu adotar, entre outros valores institucionais, a responsabilidade socioambiental, por se tratar de um objetivo que sintetiza os demais, ao propor práticas sustentáveis e uso de tecnologia limpa. Os princípios de sustentabilidade no Tribunal vêm sendo implementados desde 2010, sendo notório o crescente envolvimento das administrações até a data presente. A partir da criação do Setor de Sustentabilidade, houve permanente sensibilização para que se construíssem valores sustentáveis. A atuação do Setor de Sustentabilidade junto às Comissões Permanentes e servidores deste Tribunal vêm gradativamente permitindo atingir seus objetivos de conscientização social, econômica e ambiental.

O Plano de Logística Sustentável (PLS), que se apresenta, é uma ferramenta que orienta sobre os parâmetros para o planejamento e definição de responsabilidades, ações, metas, indicadores, prazos de execução, métodos de monitoramento, avaliações de práticas sustentáveis e racionalização de bens e recursos dos órgãos públicos. Com o objetivo de realizar planejamento para garantir consumo consciente e promover responsabilidade socioambiental, novos Atos,

Resoluções e Portarias foram elaborados pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ), dos quais se destacam:

- 1) Recomendação nº 11/2007: para adoção de políticas que visem a formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, conscientização dos servidores e magistrados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente e instituição de comissões ambientais.
- 2) Recomendação nº 27/2009: para adoção de medidas para remover barreiras físicas, arquitetônicas e de comunicação, com o intuito de promover o amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências.
- 3) Resolução nº 114/2010: para instituição do planejamento, execução e monitoramento de obras do Poder Judiciário de acordo com os critérios da sustentabilidade.
- 4) Resolução nº 201/2015: para criação de competências ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do PLS.

Destaca-se, por fim, a Portaria SGP 05/2019, que regulamenta a Subcomissão Permanente Gestora do PLS - JT do TRT-PR.

## **2. OBJETIVOS**

O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PLS-TRT9) visa, além de dar cumprimento às leis, promover a conscientização interna de magistrados, servidores e trabalhadores terceirizados. Externamente, propõe oferecer mais visibilidade às suas ações, a partir dos seguintes objetivos:

- a) promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social no âmbito do Tribunal e da sociedade civil;
- b) difundir e otimizar a prática de boa gestão do consumo de materiais e insumos;

- c) revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- d) qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- e) estabelecer parcerias, visando promover ações socioambientais e pró-cidadania; e
- f) promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

### **3. RESULTADOS**

O presente Plano de Logística Sustentável está estruturado em 13 eixos de atuação, que abordam desde o consumo de materiais até a construção de imóveis. Para determinados eixos são propostos indicadores que visam aferir os resultados alcançados, anualmente, até 2020, quando se encerra o horizonte de execução do Planejamento Estratégico do Tribunal. Anualmente, os dados serão obtidos e a Subcomissão Gestora analisará os resultados com o fim de estabelecer metas futuras. São os seguintes eixos de atuação:

1. Gestão de Resíduos Sólidos;
2. Gestão de Materiais de Consumo;
3. Eficiência Energética;
4. Eficiência no Consumo de Água;
5. Gestão de Contratos de Aquisição de Equipamentos de Informática;
6. Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados;
7. Gestão de Contratos de Terceirização;
8. Capacitação e Educação Socioambiental;
9. Qualidade de Vida no Trabalho;
10. Gestão de Contratos de Projetos de Engenharia;
11. Gestão de Outros Materiais/Telefonia/;

12. Gestão de Outros Materiais/Combustível;
13. Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

A presente edição do Plano de Logística Sustentável visa informar os índices alcançados no ano de 2018 no que tange ao atingimento dos objetivos de sustentabilidade ambiental, econômica e social, de forma mais ampla e eficaz possível.

Eixo de Atuação 01: Gestão de resíduos sólidos

Objetivo: Celebração de convênios com os demais órgãos públicos visando à reciclagem de resíduos ou a destinação socioambientalmente correta, para as associações e cooperativas de materiais recicláveis.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Mediante ação continuada de educação ambiental, com a colaboração dos agentes multiplicadores e incentivo contínuo do descarte correto dos resíduos sólidos.</p> <p>Igualmente recordar os prestadores de serviço terceirizado da obrigatoriedade de recolher os resíduos e armazená-los nos sacos de resíduos de acordo com a classificação internacional de cores.</p>	<p>01.1 Destinação de papel para reciclagem (kg)</p>	<p>Diminuir em 25%, a cada ano, o material destinado.</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 20.540 kg.</p> <p>Em 2018, foram destinados à reciclagem 10.571 Kg de papel.</p> <p>Houve uma redução 94%.</p> <p>Houve uma diminuição considerável de 49% de papel para reciclagem nas Unidades da capital e interior em razão da implantação do Pje no âmbito desta Justiça especializada.</p> <p>Deverá ser reavaliado esse indicador e sua meta, considerando o volume de descarte de documentos sigilosos e a tabela de Temporalidade de Documentos Judiciários - área fim e de Documentos Administrativos do TRT-PR. Para que nova meta seja revisada, também deverá ser levando em conta o aumento considerável de descarte de livros e revistas judiciais os quais sofreram alterações no âmbito da reforma trabalhista, a maioria desse material é oriunda de gabinetes.</p> <p>Sendo assim, essa meta precisa ser revisada.</p>
	<p>01.2 Destinação de suprimentos de impressão para reciclagem (unidade)</p>	<p>Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram destinados à reciclagem 1134 unidades de toners e cartuchos de impressão.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 104 toners destinados à reciclagem. Houve redução de 91% de destinação de suprimentos de impressão para reciclagem.</p>

			<p>No início de 2018 houve alterações nas determinações desse tipo de suprimento (toners e cartuchos). E como houve mudança de algumas impressoras, os insumos não foram totalmente utilizados. A cooperativa deixou de ser contemplada com os insumos originais sendo que esses foram direcionados aos fabricantes. Os insumos reciclados ou recarregados continuaram sendo enviados para a cooperativa. Tendo ocorrido essa alteração na demanda desse material, também houve a diminuição do percentual desses insumos. A meta para o indicador deve ser revisada por conta das alterações ocorridas na logística reversa desses materiais.</p>
	01.3 Destinação de plástico para reciclagem (kg)	Diminuir em 10%, a cada ano, o material destinado.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 1.198,60 kg de material plástico. Em 2018, foram destinados à reciclagem 2.438,00 kg de material plástico, resultando em um aumento 103%.</p> <p>A meta para o indicador não foi atingida.</p>
	01.4 Destinação de lâmpadas para descontaminação (unidade)	Destinar 100% do material recolhido pela equipe de manutenção, destinando-o para descontaminação, até 2017.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 5.375 (unidades de lâmpadas para descontaminação).</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 9.165 (unidades).</p> <p>Houve aumento de 71%.</p> <p>O aumento continuo se deve ao processo de troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED. Atualmente, no TRT-PR, 100% das lâmpadas inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). Dessa forma a meta para o indicador foi atingida. Deve ser observado que a meta foi amplamente atingida pelo fato de que o TRT9 estabeleceu parceria com o Programa Reciclus, que atua</p>

			em consonância com a Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).
	01.5 Destinação de pilhas e baterias para descontaminação (kg)	A ser estabelecida.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 47 baterias e 120 quilos de pilhas. Valoração do descarte de tais produtos (pilhas e baterias) foi de R\$ 443,50. Os dados dos anos anteriores referem-se à soma de material encaminhado das residências de servidores e os utilizados pelo TRT9.</p> <p>Em 2018, não houve informação dos setores responsável (SMP, ASCOM, SEA), as informações constantes nos relatórios anteriores se referem à soma de material particular e do TRT-PR, de modo que os dados não são reais. Deverá ser discutido com a Unidade envolvida acerca de qual é a destinação que esta sendo feita atualmente com as baterias de veículos da frota que são descartadas e ou trocadas.</p> <p>Atualmente, no TRT-PR, 100% das pilhas e baterias inservíveis são encaminhadas para reciclagem e destinação final ambientalmente adequada (descontaminação), pois ainda que nem todo o material inservível seja assim destinado em um ano, o remanescente permanece em depósito até atingir-se um total adequado para contratação de empresa em ano seguinte (economia de escala).</p>
	01.6 Destinação de resíduos de saúde para descontaminação (kg)	Manter a destinação de 100% dos resíduos de Serviço de Saúde.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram encaminhados 220,13 kg de resíduos de saúde. Em 2018, obtivemos 151,90 kg, uma redução de 31%.</p> <p>Atualmente, no TRT-PR, 100% dos resíduos hospitalares são encaminhados para destinação final ambientalmente adequada (descontaminação). A destinação ocorre mensalmente, mediante</p>

			contratação de empresa especializada, que retira os resíduos que ficam armazenados em ambiente fechado e com acesso restrito a servidores autorizados.
	01.7 Destinação de resíduos de obras para reciclagem (kg)	A ser estabelecida.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 285 m<sup>3</sup>. Em 2018, o resultado foi de 1.580m<sup>3</sup>.</p> <p>Houve um aumento de 454%.</p> <p>Em 2018, o resultado não foi aferido corretamente, pois o item 01.7 refere-se aos resíduos de obras para reciclagem tratando-se de materiais que possivelmente poderiam ser reaproveitados; esquadrias de alumino, portas, divisórias, madeiras, a cooperativa tem a descrição de quantitativo desse material, mas esse material deverá ser mensurado em m<sup>3</sup>, sendo assim a Secretaria de Engenharia e Arquitetura deverá aferir corretamente os resíduos de obras para reciclagem. E rejeitos destinados para aterro sanitário (resíduos de obras gerais) que são retirados por meio de caçambas. A mensuração referente à quantidade de resíduos decorrentes de obras/reformas no ano de 2018 foi de 1.580m<sup>3</sup>.</p> <p>Observa-se urgência em inserir cláusula contratual para destinação destes resíduos, de forma que a meta a ser estabelecida seja de 100% de destinação dos resíduos de obra para a reciclagem.</p>
	01.8 - Destinação de resíduos eletroeletrônicos para reciclagem (cabos elétricos, mídias, outros)	A ser estabelecida.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, a informação não foi prestada a tempo do envio deste relatório ao CNJ, contudo a Setor de Sustentabilidade responsabiliza-se em obter, registrar e informar os resultados destes dados.</p>

			<p>Em 2017, o servidor da Seção de Ativos e Infraestrutura informou que até aquele momento não sabia que deveria haver tal controle e solicitou que a Seção seja informada formalmente a respeito do controle de tais materiais, deixando assim de informar a quantidade de resíduos.</p> <p>Em 2018, não obtivemos o valor referente a esse eixo informado pela Divisão de Gestão de TI. O valor aferido foi indicado pela Divisão de Material e Patrimônio, no que se refere ao item de 4.1 - Questionário do CNJ Gestão de Resíduos de informática e eletroeletrônicos, sendo que 40.330 kg de material foram destinados a reciclagem e reaproveitamento. Essa aferição trata-se de resíduos de informática que são elencados no processo de pedidos de doação de bens para entidades cadastradas. Dentro dessa escala de doação de materiais e bens inservíveis, não foi diagnosticado a maneira mais adequada para ajustar os inúmeros itens que encabeçaram o procedimento legal para doação de bens, tendo em vista que "<u>Destinação de resíduos de informática</u>" engloba uma grande gama de itens, como resíduos de eletroeletrônicos (cabos elétricos, mídias e outros)</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente(s) na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo não se coaduna com os indicadores, pois não existe indicador que demonstre os resultados do quantitativo de convênios firmados com órgãos públicos. Assim, o objetivo deste indicador deve ser redefinido pela Subcomissão Gestora do PLS/TRT-PR.
3. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve conter as atividades previstas para atingir a meta estabelecida, conforme o indicador. Para isto, a Subcomissão Gestora vai apresentar nova ficha para este eixo de atuação, complementando o plano de ação, pois não depende somente dos multiplicadores socioambientais e prestadores de serviços terceirizados o alcance das metas deste eixo de atuação.
4. A meta estabelecida para o indicador 1.1 foi superestimada e será reavaliada pela Subcomissão Gestora.
5. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.4 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das lâmpadas adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.

6. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.5 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% das pilhas e baterias adquiridas pelo TRT-PR e que se encontram inservíveis para uso.
7. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.6 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de saúde do TRT-PR, visando à descontaminação do material.
8. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.7 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta, anualmente, de 100% dos resíduos de obras do TRT-PR.
9. A meta a ser estabelecida para o indicador 1.8 deve ser a seguinte: Destinação final ambientalmente correta e reciclagem, anualmente, de 100% dos resíduos eletroeletrônicos do TRT-PR (cabos elétricos, mídias e outros).
10. Deve ser alterada/definida a apuração dos seguintes indicadores: 1.4 ; 1.5 ; 1.7 e 1.8. A apuração destes indicadores deve ser semestral/anual.

Eixo de Atuação 02: Gestão de materiais de consumo			
Objetivo: Reduzir a utilização de materiais de consumo, a fim de evitar o desperdício e, conseqüentemente, obter economia da despesa.			
Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Sensibilização do corpo funcional quanto: - a real necessidade de impressão; - configuração de impressão em frente e verso; - utilização das ferramentas digitais (e-mail, malote eletrônico, assinatura eletrônica de documentos, sistema de controle de tramitação administrativa-CTA). - impressão em formato	02.1 Consumo de papel branqueado (resmas)	Redução de 25% do consumo total em relação ao valor apurado em 2014 para o primeiro período apurado (2016).	Mensal/anual <b>RESULTADOS:</b> Em 2017, foram 9.496 resmas de papel sulfite. Em 2018, o resultado foi de 9.185 resmas, diminuição de 3%. Assim, a meta para este indicador não foi atingida, devendo ser reavaliado a porcentagem do consumo.
	02.2 Consumo de papel reciclado (resmas)	Redução de 10% do consumo total em relação ao valor apurado em 2014 (1.938) para 2016.	Mensal/anual <b>RESULTADOS:</b> Em relação ao consumo de papel reciclado, em 2017 contabilizou-se 1.420 resmas. Em 2018, o consumo de papel reciclado foi de 1.309 resmas (diminuição de 8%).

<p>livreto. - configuração dos documentos impressos no Pje.</p>			<p>Assim, a meta para este indicador não foi atingida, devendo ser reavaliada as ações de conscientização.</p>
<p>Sensibilização para a abolição permanente do copo plástico descartável.</p>	<p>02.3 Consumo de copos plásticos descartáveis para água - 180 ml (unidade)</p>	<p>Redução de 80% consumo total de 2014, para o primeiro período apurado (2016).</p>	<p>Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017 o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de água (180 ml) foi de 1.080 pacotes com 100 unidades cada. Em 2018, o resultado foi de 1.008 pacotes, redução de 7%.</p>
	<p>02.4 Consumo de copos plásticos descartáveis de 50ml</p>		<p>Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o consumo de copos plásticos descartáveis para consumo de café (50 ml) foi de 733 pacotes com 100 unidades cada. Em 2018, o resultado foi de 694 pacotes, com 100 unidades,</p>

			redução de 5%. Conforme resultado acima, não há como se aplicar a redução de 80%.
	02.5 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 180 ml		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, totalizou valor de R\$ 2.419,20 para a aquisição de copos descartáveis de 180 ml. Já em 2018, o resultado foi de R\$ 2.328,48, redução de 4%. Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira monetária anual.
	02.6 Gasto (R\$) com copos plásticos descartáveis de 50 ml		Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017 totalizou o valor de R\$ 938,24. Em 2018, o resultado foi de R\$ 888,32 uma redução de 5%. Esta meta de redução não se aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira monetária anual.
Redução do consumo de água mineral envasada em garrafas plásticas	02.7 Consumo de unidades de garrafões de 10L	Redução de 10% do consumo em relação a 2015.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2016, foram 96 garrafões de 10 litros consumidos. Em 2017, o resultado foi de 20 garrafões, redução de 79%. Em 2018 não foram comprados garrafões de 10 litros. Não é mais realizada a compra de garrafões de água.
	02.8 Consumo de unidades de garrafas de 1,5L de água sem gás		Mensal/anual RESULTADOS:

		<p>Em 2017, foram 1.080 garrafas de 1,5 litros de água sem gás consumidas. Em 2018, o resultado permaneceu em 1.080 garrafas de 1,5 litros, não havendo redução.</p> <p>Assim, a meta para este indicador não foi atingida, pois não houve alterações no consumo.</p>
	02.9 Consumo de unidades de garrafas de 500 ml de água com gás	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, foram consumidas 1.860 garrafas de 500 ml de água com gás.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 2.160 garrafas, 16% de aumento.</p> <p>Assim, a meta para este indicador não foi atingida.</p>
	02.10 Gasto (R\$) com aquisição de garrafões de 10L	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, R\$ 480,00 para a aquisição de garrafões de 10L.</p> <p>Em 2017, R\$ 178,00, o resultado foi uma redução de 63%.</p> <p>A partir de 2018 não é mais realizada a compra de garrafões de água.</p> <p>Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira monetária anual.</p>
	02.11 Gasto (R\$) com aquisição de garrafas de 1,5L de água sem gás	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, a aquisição totalizou R\$1.782,00 para a aquisição de garrafas de 1,5 litros.</p> <p>Em 2018, a aquisição totalizou R\$ 2.070,00, resultando em um acréscimo de 16%.</p> <p>Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de</p>

			valoração financeira monetária anual.
	02.12 Gasto (R\$) com aquisição de garrafas de 500 ml de água com gás		Mensal/anual <b>RESULTADOS:</b> Em 2016, totalizou R\$ 1.636,00 para a aquisição de garrafas de 500 ml com gás. Em 2017, R\$ 1.689,50 para aquisição de garrafas de 500 ml (acréscimo de 3%). Em 2018, a aquisição totalizou R\$ 2.250,00. Houve um aumento de 33%.  Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores financeiros que precisam sofrer análise de valoração financeira monetária anual.

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente(s) na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve definir o plano de ação para redução do consumo de garrafões e de garrafas de água;
3. As metas estabelecidas para os indicadores 2.1 a 2.6 deste eixo de atuação serão reavaliadas pela Subcomissão Gestora, pois faz menção somente ao primeiro período apurado (2016), mas o horizonte de planejamento deste PLS é até 2020.
4. As metas estabelecidas para os indicadores 2.7 a 2.12 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 10% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior.

Eixo de Atuação 03: Eficiência energética

Objetivo: Diminuir o consumo de energia elétrica e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
DESCRITAS NO MEM SRSA 027/2015	03.1 Consumo (KWh) de energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o consumo de energia elétrica foi de 5.806.679 KWh. Em 2018, o resultado foi de 5.017.181 KWh. Houve redução de 14% do consumo, em relação ao ano anterior.
	03.2 Consumo de energia elétrica por área construída (KWh/m <sup>2</sup> )	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: A área construída em 2016 era de 85.927,81 m <sup>2</sup> . A área construída em 2017 era de 113.172,83 m <sup>2</sup> . A área construída em 2018 era de 113.162,15 m <sup>2</sup> Em 2016 o resultado foi de 61,70 KWh/m <sup>2</sup> . Em 2017, o resultado foi de 51,30 KWh/m <sup>2</sup> . Em 2018, o resultado foi de 44,34 KWh/m <sup>2</sup> Houve redução de 14% do consumo, em relação ao ano anterior.
	03.3 Gasto (R\$) com energia elétrica	Redução de 20% consumo total de 2014.	Mensal/anual RESULTADOS: Em 2017, o gasto com energia elétrica foi de R\$ 3.694.881,09. Em 2018, o resultado foi de R\$ 3.815.502,21. Houve aumento de 3,3%.

	03.4 Gasto com energia elétrica por área construída (R\$/m <sup>2</sup> )	Redução de 20% consumo total de 2014.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A área construída é de 85.927,81 m<sup>2</sup>  A área construída atual é de 113.172,83 m<sup>2</sup>.  A área construída em 2018 113.162,15 m<sup>2</sup></p> <p>Em 2016, o resultado foi de 45,15 R\$/m<sup>2</sup>.  Em 2017, o resultado foi de 32,64 R\$/m<sup>2</sup>.</p> <p>Houve redução de 28%, sendo a meta para este indicador atingida.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 33,72 R\$/m<sup>2</sup>.  Houve um aumento de 10,05% em relação a 2017.</p>
	03.5 Aquisição de lâmpadas LED	Implementação gradativa, substituir as lâmpadas do tipo fluorescentes.	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram adquiridas 1.695 lâmpadas LED para substituição gradativa das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico.  Em 2017, com as tratativas de substituição para as lâmpadas LED, foi adquirida uma quantidade maior (7.700 lâmpadas) para a efetiva troca.  Em 2018, foram adquiridas 14.489 unidades de lâmpadas LED, de diversos modelos e tamanhos.</p> <p>Assim, a meta para este indicador foi superestimada tem em vista o processo gradativo de troca de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, devendo ser reavaliado a meta para esse indicativo.</p>
<p><b>OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:</b></p> <p>1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente(s) na apuração de cada um dos indicadores;</p> <p>2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve constar as ações definidas no MEM SRSA 027/2015;</p>			

3. As metas estabelecidas para os indicadores 3.1 e 3.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, nestes indicadores, traz o ano de 2014, mas isto ocorreu por erro material;
4. Como os indicadores 3.3 e 3.4 são financeiros e considerando a alteração anual da política nacional tarifária de energia elétrica e a não atualização de valores financeiros descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior. Ou seja, não será definido o valor da redução da meta, o que deve ocorrer é a redução do gasto.
5. A meta do indicador 3.5 deve ser a seguinte: "Implementação gradativa, visando a substituir 100% das lâmpadas fluorescentes e de vapor metálico por lâmpadas LED, até 2020".

Eixo de Atuação 04: Eficiência no consumo de água

Objetivo: Reduzir o consumo de água e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Campanha de sensibilização para evitar o desperdício.</li> <li>- Acionar a manutenção sempre que identificado algum vazamento.</li> </ul>	<p>04.1 Volume de água consumida (m<sup>3</sup>)</p>	<p>Redução de 20% consumo total de 2015</p>	<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>O consumo de água por área construída em 2017 foi de 30.552 m<sup>3</sup>, sendo que em 2018, foram consumidos 34.445 m<sup>3</sup> havendo assim aumento de 13% do consumo de água por m<sup>3</sup> por área construída.</p> <p>A meta para este indicador não foi atingida.</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Normas para irrigação e lavagem de fachadas.</li> <li>- Informar dados de consumo ao corpo funcional.</li> </ul>	<p>04.2 Volume de água consumida por área construída (m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>)</p>		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A área construída é de 85.927,81 m<sup>2</sup>.                      A área construída atual é de 113.172,83 m<sup>2</sup>                      A área construída em 2018 113.162,15 m<sup>2</sup></p> <p>Em 2016, o volume de água consumida por área construída foi de 0,38 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>.                      Já em 2017, o resultado foi de 0,26 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>.                      Em 2018, o resultado foi de 0,30 m<sup>3</sup>/m<sup>2</sup>.</p> <p>Assim, houve aumento de 15%. Sendo assim, a meta para esse indicador não foi atingida.</p>

	04.3 Gasto com água (R\$)		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017, o resultado foi de R\$ 374.275,75.</p> <p>Em 2018 foi de R\$ 518.781,68, aumento de 39%.</p> <p>A meta para esse indicador não foi atingida.</p> <p>Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores que podem sofrer alterações financeiras monetárias anuais.</p>
	04.4 Gasto com água por área construída (R\$/m <sup>2</sup> )		<p>Mensal/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>A área construída é de 85.927,81 m<sup>2</sup></p> <p>A área construída atual é de 113.172,83 m<sup>2</sup></p> <p>A área construída em 2018 é de 113.162,15 m<sup>2</sup></p> <p>Em 2016, o valor foi de 4,52 R\$/m<sup>2</sup>.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 3,30 R\$/m<sup>2</sup>.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 4,58 R\$/m<sup>2</sup>.</p> <p>Houve um aumento de 39% com relação a 2017.</p> <p>Esta meta de redução não aplica para este indicador, haja vista tratar-se de valores que podem sofrer alterações financeiras monetárias anuais.</p>

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente(s) na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação";
3. As metas estabelecidas para os indicadores 4.1 e 4.2 deste eixo de atuação devem fazer constar que a redução de 20% deve ser anual, e deve ser definido se o ano base será sempre 2015 ou o ano imediatamente anterior. O PLS do TRT-PR, nestes indicadores, traz o ano de 2014, mas isto ocorreu por erro material;
4. Como os indicadores 4.3 e 4.4 são financeiros e considerando a alteração anual da política tarifária de água e a não atualização de valores

financeiros descontada a inflação, a meta destes indicadores deve ser a seguinte: Redução do consumo total em relação ao ano anterior. Ou seja, não será definido o valor da redução da meta, o que deve ocorrer é a redução do gasto.

Eixo de Atuação 05: Gestão de contratos de aquisição de equipamentos de informática

Objetivo - Adoção de critérios sustentáveis na renovação da infraestrutura de TIC

Objetivos Específicos	Detalhamento da ação	Unidades envolvidas	Meta	Apuração e Resultados
Efetivar a adoção de requisitos baseados em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, especialmente aspectos ambientais e energéticos, nas contratações de TIC do TRT-PR (TI Verde)	5.1 Adequação dos termos de referência das contratações de TIC para atendimento ao Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	STI	100% dos editais de aquisição de bens de TIC em conformidade com os requisitos de sustentabilidade.	Ação Continuada RESULTADOS: Em 2016, no primeiro período de apuração, excetuando-se as contratações relacionadas a software, são 25 processos de aquisição, serviço ou suporte técnico de bens de TI que poderiam, à primeira vista, exigir requisitos de sustentabilidade. Deste total, 18 efetivamente adotaram algum requisito baseado em padrões e normas regulamentadoras focadas na sustentabilidade, o que representa um percentual de 72%. Em 2017, 36 contratos 19 incluíram critérios de sustentabilidade, o que representa 52,77%. Em 2018, foram formalizadas 08 novas contratações de equipamentos: 04 explicitavam a observância ao Guia de Sustentabilidade da JT; 01 exigia requisitos de sustentabilidade, mas não faziam referência ao Guia da JT e 03 não citavam requisitos de sustentabilidade. Desta forma, representa um percentual de 63%.
Substituição gradativa de equipamentos antigos de TIC por outros em conformidade com diretrizes ambientais de sustentabilidade -	5.2 Nesta primeira etapa, consistirá na substituição de micros desktop, monitores e multifuncionais com a garantia expirada por equipamentos em conformidade com requisitos de sustentabilidade, nas	STI (SSTEC)	652 micros desktop, 1304 monitores e 178 multifuncionais substituídos.	Dezembro de 2016 RESULTADOS: Em 2016, foram realizadas substituições de microcomputadores desktop, monitores e multifuncionais em número superior ao estabelecido na meta para o ano, de forma que esta meta foi 100% atingida. Em 2017 foram substituídos 1000 microcomputadores e 124

contratação em andamento	diversas unidades do TRT-PR.			<p>notebooks. Os novos equipamentos são energeticamente mais eficientes, além de estarem em conformidade com normas internacionais de utilização de materiais e substâncias não prejudiciais ao meio ambiente. Não há estudo para descarte diferenciado dos equipamentos de TI. Sobre o desfazimento de insumos não é possível informar, por não ser competência da Secretaria de Tecnologia da informação.</p> <p>No ano de 2018 foram substituídos 1361 microcomputadores e 30 notebooks, totalizando 1391 equipamentos.</p> <p>A respeito dos novos equipamentos que foram distribuídos, adquiridos através do Edital do Pregão Eletrônico 056/2017 do TST, informamos que nas especificações técnicas exigidas ao fornecedor estão as "comprovações de adequação às políticas e normas de segurança e ergonomia", cujos itens estão reproduzidos abaixo.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Possuir certificação <i>Eletronic Product Environmental Assessment Tool</i> (EPEAT) na categoria GOLD ou, alternativamente, possuir certificação emitida por organismos acreditados pelo INMETRO, que atenda aos Requisitos de Avaliação de Conformidade da Portaria INMETRO 170/2012 e suas alterações. Estas certificações visam garantir aos bens de TI um padrão de qualidade, segurança e proteção ambiental. A exigência visa a restrição de uso de substâncias nocivas no processo de fabricação dos equipamentos.</li> <li>2. Em atendimento às diretrizes da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o fabricante do equipamento ofertado deverá se responsabilizar pelo mecanismo de logística reversa. Deverá ser apresentada carta do fabricante do equipamento ofertado responsabilizando-se, pela logística de coleta, reciclagem e correta destinação dos resíduos sólidos.</li> </ol> <p>Os microcomputadores e notebooks, que estão fora de vida útil, são encaminhados para doação a outros órgãos.</p>
Doação de equipamentos de TIC obsoletos para outras instituições	5.3 Agilizar a doação de equipamentos de TIC inservíveis para outras instituições, especialmente	STI SA (SMP) Comissão para	01 Processo de desfazimento mensalmente.	<p>Ação Continuada</p> <p>Tendo em vista as alterações ocorridas na área Administrativa</p>

	<p>as de ensino público, como forma de ressaltar a responsabilidade socioambiental deste Tribunal, além de utilização mais eficiente de espaços físicos que deixariam de armazenar material sem possibilidade de utilização e melhor gestão de ativos.</p>	<p>Doação de Bens</p>	<p>do TRT-PR (Resolução CNJ 219/2015), houve mudanças a partir de janeiro de 2018 incluindo a definição da nova gestão da DMP (Divisão de Material de Patrimônio), atualmente responsável pela guarda de materiais inservíveis da TI. Uma nova equipe está efetuando auditoria em todos os locais de armazenamento e realizando a adequação de diversos materiais inservíveis ali alojados. Serão realizadas reuniões com a equipe responsável pela guarda dos materiais inservíveis da TI, instalados no imóvel situado no Cajuru. Foi constatado elevado número de equipamentos passíveis de doação (a princípio mais de três mil). Em reunião com a presença da Desembargadora Presidente da Comissão Responsabilidade Socioambiental do TRT-PR, foi constatado que há no estoque da DMP um acúmulo de bens que poderiam ser encaminhados a entidades ligadas à área de educação, ao ensino público e também às vinculadas à saúde. Sendo assim, a Presidente da Comissão de Responsabilidade Socioambiental deverá formalizar um pedido e/ou uma proposta à atual Presidência do TRT-PR, a fim de que sejam agilizadas e formalizadas, de maneira mais eficiente, a destinação dos materiais alojados nas instalações da DMP. A atual equipe da DMP informa que a unidade está levantando os dados necessários para que ocorram doações significativas, até o final do presente exercício, com a finalidade de diminuir consideravelmente a quantidade de bens nos depósitos de doações.</p> <p><b>RESULTADOS:</b></p> <p>A STI (Secretaria de Tecnologia da Informação) tem encaminhado à DMP – Divisão de Material e Patrimônio a relação dos equipamentos obsoletos ou inservíveis para dar andamento ao processo de doação. Ressalta-se que, em 2015, foi elaborado um novo edital de credenciamento de entidades interessadas na doação de bens inservíveis (Edital 01/2015). Contudo, nenhuma entidade habilitou-se para o certame, configurando-se como deserto o procedimento de habilitação. Por conseguinte, a Administração deste Tribunal decidiu dar</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

continuidade às doações atendendo as entidades que assim haviam procedido, via ofício. Desde então, este tem sido o procedimento para doações de bens inservíveis do TRT-PR.

Em 2016, foi dado o mesmo tratamento, atendendo, oportunamente, aos pedidos de doações que foram formulados, por ofício, pelas entidades interessadas que estejam devidamente regularizadas. Salienta-se que a efetividade das doações materializa-se por meio de despachos cuja competência não é da STI.

Em 2018 foram destinados à doação equipamentos que não possuíam mais garantia. Geralmente o fluxo de doações acompanha as novas aquisições, ou seja, quando um equipamento novo é colocado no lugar de outro já sem garantia, este é encaminhado para o Cajuru e assim que atestado sua operacionalidade é colocado como disponível para doação. Caso o equipamento apresente estado de irrecuperável ele fica disponível para retirada de peças até ser completamente descartado. Em 2018 foram doados aproximadamente 50 toneladas de equipamentos de TIC dos mais variados tipos e modelos, seguem alguns abaixo:

Desktops: Itautec ST4271, Lenovo M91p, Positivo D570.

Monitores: LG W1942, HP L190HB, HP W1907, HP L1906, HP L2045W.

Notebooks: Lenovo 3000 v100, HP 8460p.

Impressoras: Samsung ML3471, Samsung ML3560, Lexmark MS812.

Multifuncionais: Lexmark MX711, Samsung SCX-5835,

Scanners: Epson GT-S50, Fujitsu fi-6240, Kodak i2600.

Switches: Extreme

<p>Elaborar estudo técnico para avaliar viabilidade de outsourcing de impressão</p>	<p>5.4 Como forma de racionalizar o uso de recursos de impressão, incluindo insumos, propõe-se um estudo técnico para analisar eventuais benefícios desta forma de contratação de serviço em substituição à aquisição de equipamentos e materiais.</p>	<p>STI</p>	<p>Entrega de estudo técnico.</p>	<p>Dezembro/2017</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 os estudos foram interrompidos pela necessidade de concentrar esforços nos estudos técnicos e processos de contratação de 2016, os quais se concentraram no segundo semestre. Os levantamentos acerca do outsourcing de impressão foram retomados em janeiro de 2017.</p> <p>Em relação à racionalização do consumo de insumos de impressão, em face de a política de substituição de impressoras serem, a princípio, nacional, a STI é favorável À realização de estudo - com participação da DMP, em especial para que a unidade possa ser informada do planejamento para as substituições, se essa for a política mantida. Tal fato certamente provocará diminuição dos gastos com insumos, haja vista que as substituições, em geral feitas em massa - por novo modelo - provocam perda dos insumos estocados. O que ocorre hoje é que as doações das máquinas substituídas acabam sendo processadas com os insumos do estoque. Como há certa demora na liberação das impressoras para doação, além de se manterem armazenados no estoque como se materiais ativos fossem os insumos podem ressecar e se tornarem inutilizáveis. Caso se opte por algum tipo de terceirização da impressão, maior ainda a necessidade de participação da DMP para análise sob o aspecto orçamentário em relação aos insumos a serem empregados, haja vista que hoje a aquisição de toners e cilindros está sob nossa responsabilidade.</p> <p>A atual equipe da DMP esclarece que a unidade está levantando os dados necessários para que haja doações significativas, até o final do presente exercício, com a finalidade de diminuir consideravelmente a quantidade de bens nos depósitos de doações.</p> <p>Em 2018 teve uma iniciativa de apresentar um estudo técnico</p>
-------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	-----------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				acerca do <i>outsourcing</i> de impressão, mas não chegou a ser apresentado, pois foi optado pela compra de novos equipamentos, devido à restrição orçamentária para gastos com serviços. Sendo assim, não foi dado mais continuidade no estudo técnico.
--	--	--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação";
2. O campo "Detalhamento da Ação" deve ser denominado "Indicador" e nestes campos os indicadores 5.1 a 5.4 devem ser nomeados, pois o texto não é o nome do indicador. Estes textos podem ser transferidos para o campo "Plano de Ação".
3. Deve ser definido o período de apuração para os indicadores 5.1 e 5.3;
4. Deve-se consultar a STI para aferir se haverá inclusão de nova meta para o indicador 5.2.
5. Deve-se definir a unidade competente pelo indicador 5.3.

Eixo de Atuação 06: Custos com impressão de documentos e equipamentos de impressão instalados

Objetivo - reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade de impressão.

Objetivos Específicos	Indicador	Metas	Apuração e Resultados
Reduzir quantidade de impressões	6.1- Quantidade total de totais impressões na Capital e no interior	Redução de 20% em relação a 2015. Obs: Implementar sistema de contagem de impressões nas unidade do interior.	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, o total de impressões de documentos foi de 3.226.680 páginas. Já em 2016, na capital, registrou-se a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas. Nem todas as máquinas da capital possuem os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações. A redução assentou-se em 39% entre 2015 e 2016.</p> <p>Em 2016, o total de impressões de documentos foi de 1.979.979 páginas, já em 2017 o total de impressões de documentos foi de 2.527.958.</p> <p>Em 2018, o total de impressões de documentos foi de 2.233.774. Houve uma diminuição de 12% com relação ao ano anterior.</p>
Diminuir o índice de ociosidade baseada na capacidade máxima de impressão	6.2 - Quantidade de impressões versus equipamentos instalados por unidade de trabalho	A definir	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, na capital, foi registrada a solicitação de impressão de 1.979.979 páginas, em 422 impressoras de 130 unidades de trabalho, Nem todas as máquinas da capital possuíam os requisitos necessários para a contagem de páginas impressas, e no interior do estado sequer há servidor de impressão que permita o armazenamento dessas informações.</p> <p>Em 2017, foi registrada a solicitação de impressão de 2.527.958 páginas, em 982 impressoras, sendo assim a desempenho por</p>

			<p>equipamentos instalados foi de 2.574 impressões.</p> <p>Em 2018, foi registrada a solicitação de impressão de 2.233.774 páginas em 919 impressoras instaladas. Desta forma a desempenho por equipamentos instalados é de 2.430 páginas por equipamento.</p> <p>Algumas impressoras não possuem local cadastrado, tendo sido totalizadas como se estivessem em uma mesma unidade.</p>
Diminuir o custo com aquisições de suprimentos	6.3 Valor (R\$) gasto com a compra de suprimentos	Redução de 10% em relação a 2015.	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 o valor gasto somou R\$ 545.766,44 (1.625 itens). Já em 2017 o gasto foi de R\$ 343.666,58 (2.063 itens). Assim, houve redução de 37% entre 2016 e 2017. Observa-se que o total de itens adquiridos em 2016 foi menor que o de 2017 e o valor gasto apresentado foi superior. Embora o total de itens adquirido entre os anos tenha sido similar, este indicador sofre alteração conforme o desempenho do mercado de bens de informática e também da inflação nacional.</p> <p>Em 2018 o valor gasto com suprimentos foi de R\$ 84.018,63 e o total de itens foi de 449.</p> <p>Houve uma redução de 76% com relação ao ano anterior.</p>
Diminuir o custo com aquisição de impressoras	6.4 Valor gasto com a compra de equipamentos de impressão	A definir	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Não foram adquiridos equipamentos de impressão em 2016.</p> <p>Em 2017, foram gastos R\$ 238.540,00 com equipamentos.</p> <p>Em 2018, foram gastos R\$ 789.089,00 com equipamentos.</p> <p>Houve um aumento de 231% com relação ao ano anterior.</p>

OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:

1. O objetivo do eixo de atuação deve ser complementado: "Reduzir quantidade de impressões e nível de ociosidade DOS EQUIPAMENTOS de impressão.
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações efetivas para atingir o objetivo do eixo de atuação;
3. Precisar ser estabelecido um indicador que apresente o nível de ociosidade geral dos equipamentos de impressão do TRT-PR, para coadunar-se com o objetivo do eixo de atuação. Assim, precisa ser criado o indicador 6.5 Nível de ociosidade dos equipamentos de impressão e definir a memória de cálculo deste indicador;
4. Reavaliar o indicador 6.3, pois o mesmo sofre influências inflacionárias, assim a meta estabelecida não é alcançada.

Eixo de Atuação 07: Gestão de contratos de terceirização

Objetivo: Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.

Objetivos Específicos	Detalhamento da Ação	Meta	Apuração e Resultados
Diminuir os acidentes de trabalho.	7.1 Auditar a implantação do PPRA e PCMSO nos postos de trabalho dos trabalhadores de empresas terceirizadas.	Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, a meta de mapeamento de 100% dos postos de trabalho por meio de uma apuração anual não foi efetuada, tendo em vista que se optou pela continuidade da contratação periódica de auditoria, por empresa especializada em segurança do trabalho, nos moldes já contratado em 2015, uma vez que tal ação se mostrou benéfica e necessária para maximizar o alcance de um ambiente de trabalho seguro e saudável.</p> <p>Já no ano de 2017, em virtude da restrição orçamentária promovida pela Emenda Constitucional 95/2016 nos termos do artigo 107, § 1º, I de que a despesa para o orçamento de 2017 fica limitada à despesa primária paga no exercício de 2016, não foi possível a contratação de empresa especializada em segurança do trabalho. Assim, a fim de solucionar tal questão a Administração sugeriu que a análise dos PPRA's e PCMSO's fosse efetuada pela Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, nos termos do DES ADG 2040/2017, datado de 14 de novembro de 2017. Considerando a data de autorização, a meta de apuração de 100% dos postos de trabalho foi postergada para o ano de 2018.</p> <p>Em 2018, todas as contratações de terceirizações e empresas contratadas entregaram PPRA e PCMSO.</p>

	<p>7.2 Elaborar ficha técnica de EPI utilizado, por cada profissional contratado pelo TRT, para subsidiar a fiscalização interna.</p>	<p>Mapeamento de 100% dos postos de trabalho.</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o mapeamento foi efetuado em 90% dos postos de trabalho, não sendo possível a verificação somente dos postos que não estavam contratados em 2015, por exemplo, o operador de empilhadeira. Com os subsídios das auditorias mencionadas foi elaborada uma ficha técnica dos EPIs necessários para cada posto de trabalho. Tais fichas foram disponibilizadas para os fiscais dos contratos, por meio de uma cartilha, como uma inovação da primeira turma do Curso de Capacitação de Fiscais de Contrato, a fim de subsidiar a fiscalização quanto ao uso de tais equipamentos de proteção individual. Assim, além do mapeamento dos equipamentos de proteção de cada posto, houve a divulgação da ficha técnica para 84 dos 144 fiscais de contratos de serviços terceirizados.</p> <p>Já no ano de 2017, em virtude da restrição orçamentária promovida pela Emenda Constitucional 95/2016 nos termos do artigo 107, § 1º, I de que a despesa para o orçamento de 2017 fica limitada à despesa primária paga no exercício de 2016, não foi possível a contratação de empresa especializada em segurança do trabalho para o mapeamento de todos os equipamentos de proteção individual dos postos. Entretanto, foi efetuada a divulgação dos equipamentos de proteção relativos aos postos que já foram mapeados em 2015, para os 43 dos 144 fiscais de contratos de serviços terceirizados na 4a turma de capacitação de fiscais, em continuidade às ações dos anos anteriores.</p> <p>Em 2018, todos os contratos que previam EPI's, em todos os postos de trabalho tal exigência foi devidamente cumprida.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

	<p>7.3 Promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro. Res. 98/2012 CSJT.</p>	<p>01 ação mensal</p>	<p>Mensal/anual RESULTADOS:</p> <p>A terceira ação que tem por objetivo diminuir os acidentes de trabalho é a promoção de palestras mensais, pelas empresas contratadas, sobre temas relacionados à prevenção de acidentes e melhora do ambiente de trabalho mais seguro, nos termos da Resolução 98/12 do CSJT. Buscou-se a extensão de tais treinamentos e a fiscalização constante da participação do maior número possível de trabalhadores terceirizados.</p> <p>Em 2016, do total de 397 terceirizados, 310 participaram do curso.</p> <p>Já no ano de 2017, houve um total de 355 terceirizados e 322 trabalhadores participaram de ações treinamentos com enfoque em saúde e segurança do trabalho.</p> <p>Em 2018, todos os contratos são feitas palestras mensais que contemplam a resolução CSJT 98/2012.</p>
<p>Fomentar a permanência do trabalhador no emprego no TRT-PR. Combater a rotatividade.</p>	<p>7.4 Realizar reuniões com entidades de classe e empresas terceirizadas para solucionar conflitos nas relações de trabalho, fomentando a conciliação e prevenção de ações trabalhistas.</p>	<p>Ação Continuada</p>	<p>Semestral/anual RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram efetuadas diversas reuniões, bem como encaminhadas comunicações oficiais para as empresas sempre que detectadas qualquer tipo de inconsistência, especialmente no tocante as questões trabalhistas, visando fomentar a permanência do trabalhador no emprego.</p> <p>Já no ano de 2017, foram efetuadas duas reuniões com as empresas prestadoras de serviços para solucionar questões trabalhistas. Entretanto, foram elaborados 60 ofícios para as contratadas a fim de que comprovassem os pagamentos de vale transporte, FGTS, salário, vale alimentação e orientação quanto ao registro de ponto britânico. Fez-se ainda comunicação para o Sindicato dos Vigilantes acerca de irregularidades cometidas por uma das empresas em relação ao pagamento de férias. Com o envio de tais ofícios as empresas regularizaram a situação o que permite uma atuação preventiva na solução de conflitos.</p> <p>Em 2018, não houve reuniões.</p>

	<p>7.5 Previsão, em contrato, de pagamento de salário com valor superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução de salário.</p>	<p>Ação Continuada</p>	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, houve previsão em contrato de pagamento de salário superior ao mínimo da CCT e adoção de critérios de valorização salarial, a exemplo da redução da jornada de trabalho sem redução salarial. Tal ação foi contemplada no Pedido de Contratação dos serviços de telefonia (PO 19/16), pois, foi mantida a jornada semanal em 30 horas sem a redução salarial.</p> <p>Já no ano de 2017, com a nova licitação de serviços de limpeza (PO 57/2017) priorizou a contratação de postos de servente de 40 horas semanais em detrimento de postos com menor jornada a fim de possibilitar o recebimento de um salário melhor, em virtude da rotatividade observada em postos de 4 horas. Para os salários dos postos de garçom e cozinheira utilizou-se pesquisa de mercado a fim de se obter mão de obra mais qualificada e compatível com o ambiente do Tribunal.</p> <p>Em 2018, foram adotados critérios de valorização salarial nos contratos de sonorização e de Service Desk.</p>
<p>Atender aos critérios socioeconômicos e ambientais nas contratações</p>	<p>7.6 Inclusão, em contrato, da exigência de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade de CONAMA, INMETRO, ANVISA, ABNT, MTE e MPO; Inclusive fornecimento de sacos coloridos para coleta seletiva.</p>	<p>100% das contratações</p>	<p>Semestral/anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foi constatado que o contrato de limpeza já continha cláusulas que especificavam quais eram os atributos para a fiscalização dos trabalhos das terceirizadas no que se refere à correta coleta seletiva, e contamos com o auxílio dos fiscais das áreas e da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, a qual reforçou a fiscalização em relação à coleta seletiva e distribuição dos sacos coloridos, pois, a notícia de qualquer irregularidade possibilitou melhor orientação às empresas prestadoras de serviço, e conseqüentemente dos próprios trabalhadores, com encaminhamento de ofícios e diversos e-mails para regularizações.</p>

			<p>Já em 2017, verificou-se que os mesmos requisitos em relação à coleta seletiva foram replicados na nova contratação de serviços de limpeza, PO 57/2017. Entretanto, em virtude da saída de servidores na Unidade e consequente carência de mão de obra, não foi possível maiores avanços em relação à elaboração de cursos orientadores.</p> <p>Em 2018, todos os contratos cumpriram as exigências de fornecimento de materiais de limpeza e equipamentos em consonância com normas de sustentabilidade estabelecidos pelos órgãos competentes.</p>
Elaborar estudo técnico para avaliar viabilidade de outsourcing de impressão	7.7 Como forma de racionalizar o uso de recursos de impressão, incluindo insumos, propõe-se um estudo técnico para analisar eventuais benefícios desta forma de contratação de serviço em substituição à aquisição de equipamentos e materiais.	Entrega de estudo técnico	<p>Dezembro/2017</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016 os critérios socioeconômicos e ambientais nas contratações das empresas terceirizadas foram atendidos por meio de projeto que é o portal da transparência e portal de gestão documental (GDT) o que viabilizou a entrega da documentação mensal das empresas que anteriormente era feita em papel e passou a ser por meio digital. Tal projeto possibilitou uma economia de papel referente à impressão de cerca de 3000 documentos mensais. Assim, percebe-se que o serviço de impressão não seria contratado por meio de mão de obra residente, desta forma, esta Coordenadoria entende que não se trata de uma prestação de serviços terceirizados com a permanência de trabalhadores no prédio do Regional que é a atividade central da CGT-Coordenadoria De Gestão De Terceiros.</p> <p>Já no ano de 2017, o que se verificou em relação aos estudos ambientais nas contratações de serviços terceirizados foi que todas as empresas prestadoras de serviços passaram a entregar a documentação mensal por meio de ambiente digital (GDT) o que possibilitou a economia de papel de aproximadamente 3.550</p>

			<p>documentos mensais que são encaminhadas pelas empresas prestadoras de serviço.</p> <p>Em 2018, no tocante da proposição de estudo técnico acerca da implantação do serviço de "outsourcing", conforme já informado em 2016 não é uma prestação de serviços terceirizados com locação de mão de obra, estudos em relação a esse tema estão sendo elaborados pela Gestão de Tecnologia e Informática, que deverão ser concluídos em 2018, informações obtidas por meio do Gestor daquela área.</p> <p>Essa questão deverá ser anexada ao eixo nº5.</p>
<p><b>OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;;</li> <li>2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois o conteúdo dos campos objetivos específicos, detalhamento da ação e meta estão mesclados de forma que não se pode identificar o que é plano de ação, indicador e meta.</li> </ol>			

Eixo de Atuação 08: Capacitação e educação socioambiental

Objetivo: Difundir as ações de sustentabilidade praticadas e expandir a consciência colaborativa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
<p>Capacitação e educação socioambiental, tanto na modalidade presencial e como à distância.</p>	<p>08.1 Quantidade de magistrados capacitados em ações socioambientais</p>	<p>Ampliar em 20% o número de participantes das ações de treinamento em relação a 2015 a cada ano.</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 13 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, foram 46 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental, acréscimo de 354%.</p> <p>No ano de 2017 foi inovador no sentido da ocorrência de iniciativas de ofertar aos magistrados cursos na modalidade a distância. Atingindo um número maior de magistrados.</p> <p>Em 2018, foram 24 magistrados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Houve um decréscimo de 48% com relação ao ano anterior.</p>
	<p>08.2 Quantidade de servidores capacitados em ações socioambientais</p>		<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 276 servidores que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 1.038, registrando um aumento 376%.</p> <p>A meta foi amplamente atingida entre os anos de 2016 e 2017, tendo em vista os cursos autoinstrucional de Gestão</p>

			<p>Socioambiental e Gestão de Acessibilidade e Inclusão, disponíveis na plataforma Moodle; cumpre ressaltar que a participação de servidores em ações de educação socioambiental do TRT-PR foi muito maior que a de magistrados. Como ocorrerá a repetição das duas modalidades de curso em 2018, deverá ser efetuada alguma forma de propagar esses cursos que estarão disponíveis pela EAJ - Escola Judicial do E TRT9ª, a fim de obtermos um melhor resultado nos próximos anos.</p> <p>Em 2018, foram 365 servidores que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Houve uma diminuição de 65% entre os anos de 2017 e 2018.</p>
	<p>08.3 Quantidade de terceirizados capacitados em ações socioambientais</p>		<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foram 180 terceirizados que participaram de ações de educação socioambiental.</p> <p>Em 2017, o resultado foi de 202 servidores terceirizados, aumento de 12%.</p> <p>Em 2018, o resultado foi de 195 servidores terceirizados.</p> <p>Houve uma diminuição de 3,5% entre os anos de 2017 e 2018.</p>

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. Para o indicador 8.1 considerar a aplicação da meta de redução, a partir de 2017, com base nos resultados obtidos no ano de 2016.
3. Cabe a Subcomissão Gestora reavaliar a meta para esta ficha de eixo de atuação, pois como os indicadores 8.1 e 8.3 não atingiram a meta, esta parece ter sido superestimada..

Eixo de Atuação 09: Qualidade de vida no trabalho

Objetivo: promover qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
Estatística epidemiológica do TRT	9.1 Ação realizada mensalmente que subsidia as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da SMO.	<p>Identificar qual a doença que mais gera afastamento, a distribuição dos fenômenos de doença e seus fatores condicionantes e determinantes, permitindo a avaliação da eficácia das intervenções realizadas no âmbito do TRT e estudar o comportamento das doenças em uma determinada unidade de trabalho.</p> <p>Determinar as medidas de prevenção e controle mais indicadas para o problema em questão como também avaliar quais serão as estratégias a serem adotadas e se as mesmas causaram impacto, diminuindo e controlando a ocorrência da doença em análise.</p>	<p>Ação continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, Ação realizada com o objetivo de subsidiar as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da Seção Médico-Odontológica-SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identifica patologias de maior incidência.</p> <p>Já em 2017, as ações contínuas têm por objetivo subsidiar as decisões sobre os projetos de promoção à saúde da SMO. Faz uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identifica patologias de maior incidência, Identificar a doença que mais gera afastamentos do trabalho.</p> <p>Em 2018, ação realizada com o objetivo de subsidiar as decisões sobre as ações de promoção à saúde da SMO. Fez-se uma leitura do estado de saúde de magistrados e servidores e identificaram-se as patologias de maior incidência.</p>
Campanha da vacina contra gripe	9.2 Campanha realizada anualmente, quando é oferecido a magistrado, servidores, estagiários e terceirizados, vacinação	Prevenir a incidência de gripe e suas consequências, contribuindo para a diminuição do absenteísmo pelas doenças respiratórias.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p>

	<p>contra a gripe.</p> <p>OBS: Devido à quebra do contrato por parte da clínica que venceu a licitação para o fornecimento e aplicação das doses, na Campanha de 2016, será realizado o reembolso da até o limite do valor estabelecido pela ADG.</p>		<p>Em 2016, campanhas foram realizadas anualmente, para todas as unidades de trabalho do TRT, quando é oferecida a vacinação contra gripe a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados.</p> <p>Já em 2017, as ações continuadas de campanhas foram realizadas, para todas as unidades de trabalho do TRT, onde oferecida a vacinação contra gripe a magistrados, servidores, estagiários e terceirizados, Previu-se a incidência de gripe e suas complicações, contribuindo para o controle de epidemia e a diminuição do absenteísmo causado por doenças respiratórias.</p> <p>A partir de 2018 a operacionalização da campanha ficou sob a responsabilidade da Seção de Fisioterapia e Segurança do trabalho (SEFIST). Atingiu-se cobertura vacinal de 64,08% da população total de trabalhadores do TRT (magistrados, servidores, estagiários e terceirizados), com incremento de 4% em relação ao ano de 2017. Acredita-se que novas estratégias de sensibilização das pessoas e de oferta da vacina, com eliminação de inscrições prévias, contribuíram para este incremento de cobertura. Isto por sua vez refletiu-se em redução do absenteísmo por doenças gripais da ordem de 11% em relação a 2017.</p> <p>Evidenciando a relevância da vacinação, em 2016 quando a vacina não foi ofertada pela SMO por indisponibilidade do imunobiológico para aquisição, o total de dias de afastamento ao trabalho por doenças gripais foi de 491 dias em toda população do TRT; em 2018 este indicador caiu para 311 dias perdidos, representando uma redução de 63,3%.</p>
Projeto Urgência e Emergência no TRT 9ª	9.3 Disponibilização do Desfibrilador Externo Automático - DEA, em Maringá, e ainda,	Garantir a eficiência e agilizar o atendimento em situações de emergências disponibilizando desfibriladores em locais	Ação continuada

	<p>treinamento de servidores voluntários, para a utilização do equipamento, no local citado, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência.</p>	<p>estratégicos e treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso deste aparelho por um pessoa treinada pode significar a diferença entre a vida e a morte e a diferença entre uma invalidez parcial ou total de uma pessoa que sofre uma parada cardíaca.</p>	<p><b>RESULTADOS:</b></p> <p>Em 2016 realizou-se novo treinamento em Londrina com a participação de servidores lotados naquele Fórum.</p> <p>Disponibilizou-se o Desfibrilador Externo Automático - DEA nos três prédios centrais do TRT na Capital, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu e Cascavel, e ainda, treinamento de servidores voluntários para a utilização do equipamento nos locais citados, em caso de parada cardiorrespiratória, até a chegada do atendimento especializado de emergência. Proporcionou-se um atendimento rápido em situações de emergências disponibilizando os aparelhos em locais estratégicos e treinamento aos magistrados/servidores em primeiros socorros e uso do desfibrilador. O uso do desfibrilador automático por um pessoa treinada pode significar a diferença entre a vida e a morte. O atendimento imediato, mesmo quando realizado por um leigo, aumenta substancialmente a expectativa de recuperação e reduz a incidência de sequelas em uma pessoa que sofre uma parada cardíaca.</p> <p>Já em 2017, as ações continuadas no que tange a DEA-Disponibilização do Desfibrilador Externo Automático, houve a capacitação de 196 servidores das Unidades Judiciárias e Administrativas de Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu.</p> <p>Em 2018, disponibilizou-se treinamento aos servidores lotados no FT de Londrina, local que dispõe do equipamento desde 2010 e recebe o treinamento a cada dois anos.</p> <p>Por se tratar de uma ação realizada a cada dois anos, a meta da SMO para 2019 é capacitar servidores lotados nas Unidades Judiciárias e Administrativas de Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, totalizando em torno de 400 servidores.</p>
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PCMSO/Exames periódicos	9.4 Realização de exames médicos e laboratoriais em magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado.	<p>O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos servidores/magistrados. Além disso, deve prevenir rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho. Conforme Resolução 141/2014 do CSJT.</p> <p>Está previsto para iniciar em setembro de 2016, encontra-se em fase de licitação.</p>	<p>Ação continuada</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, realizaram-se exames médicos ocupacionais, tais como: I – admissional; II – periódico; III – de retorno ao trabalho; IV – de mudança de função; e V – de afastamento definitivo.</p> <p>Disponibilizou-se a magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado. O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos magistrados/servidores, além de prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho, estando em conformidade com a Resolução 141/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a qual dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus. Em 2016 alcançou o número de 1.011 avaliações ocupacionais. Em 2017 será realizada a nova etapa de avaliações médico-periódicas em Curitiba interior e litoral do Estado. Nessa etapa, além das avaliações clínicas disponíveis a todos, serão realizados exames de especialidades para grupos de servidores que atuam na manutenção e segurança e transporte. A expectativa é que, até o final de 2017, o exame periódico seja disponibilizado a 100% dos magistrados e servidores lotados na Capital e Região Metropolitana, e até o mês de julho 100% dos magistrados e servidores lotados no litoral e interior do Estado tenham a oportunidade de fazer o exame.</p>

			<p>Já em 2017, as ações continuadas no que tange a realização de exames médicos ocupacionais: I – admissional; II – periódico; III – de retorno ao trabalho; IV – de mudança de função; e V – de afastamento definitivo. Disponibilizados a magistrados e servidores lotados na Capital, Região Metropolitana, Litoral e Interior do Estado. O PCMSO tem como objetivo planejar ações de promoção/manutenção da saúde dos magistrados/servidores, além de prevenir, rastrear e diagnosticar precocemente os agravos à saúde relacionados ao trabalho. Está em conformidade com a Resolução 141/2014 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a qual dispõe sobre as diretrizes para a realização de ações de promoção da saúde ocupacional e de prevenção de riscos e doenças relacionados ao trabalho no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus.</p> <p>Em 2017 foram realizadas 581 avaliações ocupacionais, incluindo magistrados e servidores da capital e interior do Estado. Conforme previsto no planejamento anteriormente feito, iniciaram-se avaliações específicas para os servidores Agentes de Segurança e servidores que realizam trabalho em altura, considerando os riscos ocupacionais específicos destes servidores. Realizaram estas avaliações 56 servidores destas áreas. O Exame Periódico está disponibilizado para 100% dos magistrados e servidores em todas as Unidades Judiciárias e Administrativas do TRT, e para 2018 permanece a ação, disponibilizando-a para 100% de magistrados e servidores.</p> <p>A partir de 2018 essa atividade ficou sob a responsabilidade da Seção de Fisioterapia e Segurança do trabalho (SEFIST). Foram realizados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 940 exames periódicos, com a inclusão da consulta de enfermagem por enfermeiros da Seção, além da consulta com médico do trabalho; houve adesão média de 72,6% entre os servidores convocados e 38% entre os magistrados convidados a realizar;</li> <li>- 49 exames pré-admissionais (100% dos empossados);</li> </ul>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>- 38 avaliações médicas para remoção/redistribuição (100% dos redistribuídos);</p> <p>- 208 avaliações multiprofissionais para indicação ao teletrabalho; esta se compõe de entrevista com psicólogos, avaliação fisioterápica, consulta de enfermagem e consulta com médico do trabalho; realizada em 100% dos servidores indicados oficialmente para teletrabalho no ano;</p> <p>- 34 exames de afastamento definitivo.</p> <p>Ações de prevenção às Doenças Osteomusculares</p> <p>Realização de perícias e/ou juntas médicas para impor ou avaliar restrições laborais, bem como acompanhar a evolução das doenças durante o período de restrição, tais como:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1- Perícias médicas em todos os servidores e magistrados que apresentem atestado com CID relacionado ao sistema musculoesquelético;</li> <li>2- Perícias médicas/avaliação em todos os servidores e magistrados, quando, em consultas médicas realizadas pelos médicos do Tribunal são detectadas com riscos para a saúde osteomuscular do avaliado.</li> <li>3- Perícia médica de retorno ao trabalho para assegurar que o servidor/magistrado esteja apto a desempenhar suas funções laborais de forma plena evitando o agravamento da patologia osteomuscular.</li> </ol> <p>Realizar ações com o intuito de diminuir o índice de afastamentos por doenças musculoesqueléticas visando à recuperação precoce de lesões osteomusculares já existentes, bem como a prevenção de novos agravos. Como resultado das ações constata-se uma redução gradativa no número de dias de afastamentos causados por patologias osteomusculares. Relativo ao índice de absenteísmo de 2018 constatou-se uma redução gradual em relação aos anos de 2016 e 2017. Os índices de 2018 estão</p>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>abaixo de 2%, sendo magistrados 1,42% e servidores 1,65%. Em 2017 foram magistrados 2,27% e servidores 1,72%, enquanto que em 2016 magistrados 2,34% e servidores 1,90%.</p> <p>Ações de promoção à Saúde Mental</p> <p>Abordagem inicial de servidores com sofrimento mental através da detecção precoce de transtornos mentais e encaminhamento para tratamento adequado, por meio de consultas psiquiátricas de emergência, orientação sobre temas em saúde mental, encaminhamento para tratamento psiquiátrico, psicológico ou médico, conforme o caso. Acompanhamento de servidores após licenças prolongadas; consultas periódicas para verificar a manutenção do tratamento psiquiátrico e psicoterápico; retorno gradual às atividades com restrições. Realizar ações com o intuito de diminuir o índice de afastamentos por doenças psiquiátricas visando à recuperação precoce de patologias já existentes, o retorno ao trabalho no menor tempo e com a melhor qualidade possível, bem como a prevenção de agravos à saúde. Como resultado das ações, é possível realizar a abordagem inicial de servidores com sofrimento mental por patologias psiquiátricas, através da detecção precoce de transtornos mentais e encaminhamento para tratamento adequado. Relativo ao índice de absenteísmo 2018 constatou-se uma redução gradual em relação aos anos de 2016 e 2017. Os índices de 2018 estão abaixo de 2%, sendo magistrados 1,42% e servidores 1,65%. Em 2017 foram magistrados 2,27% e servidores 1,72%, enquanto que em 2016 magistrados 2,34% e servidores 1,90%.</p> <p>Ações de promoção à Saúde Bucal</p> <p>As ações de promoção da saúde bucal compreendem a educação em saúde, a higiene bucal, a profilaxia e encaminhamentos à especialista sempre que necessário com foco na promoção e atenção à saúde e prevenção de doenças e agravos.</p> <p>A promoção de saúde bucal objetiva desenvolver estilos de vida saudáveis, identificação precoce de patologias e favorecer a</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

			<p>qualidade de vida.</p> <p>Com base nessa avaliação foi possível planejar ações individuais com a apropriação do conhecimento sobre o processo saúde-doença do indivíduo incluindo a identificação de fatores de risco e estratégias de proteção</p> <p>Ações de promoção à qualidade de vida no atendimento assistencial</p> <p>Ações desenvolvidas por meio de assistência prestada aos magistrados, servidores em consultas médicas das diversas especialidades do quadro de médicos deste TRT9, e atendimentos de emergência, sendo que estes atendem ainda estagiários e funcionários terceirizados, bem como a população flutuante que circula diariamente nas dependências do TRT9. Tem o objetivo de produzir saúde e não apenas tratar a doença. Busca a promoção da saúde; a prevenção de riscos, agravos e doenças; a compressão da morbidade; a redução dos anos perdidos por incapacidade e o aumento da qualidade de vida dos indivíduos. As referidas ações proporcionam o aumento da autonomia e o poder de decisão dos usuários durante o processo do cuidado à saúde. Assim, a promoção à saúde é entendida como um processo dialético cujos princípios consistem em viabilizar meios para que as pessoas exerçam maior controle sobre a própria saúde e sejam protagonistas na organização do processo saúde-doença-cuidado.</p>
<p>Pesquisa de Organizacional</p> <p>Clima</p>	<p>9.5 Busca avaliar o nível de satisfação de magistrados e servidores do TRT-PR com relação a uma série de fatores integrantes de sua rotina diária de trabalho, levantando indicadores</p>	<p>Realização da pesquisa a cada dois anos.</p> <p>Por ter periodicidade bienal, deveria ser realizada uma edição da pesquisa este ano. No entanto, é necessário um parecer da Administração</p>	<p>Bienal</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, por ter periodicidade bienal, deveria ter sido realizada uma edição em 2016, mas não houve solicitação da administração, sendo esta solicitação necessária para a execução de uma nova</p>

	para subsidiar futuros planos de ação voltados à melhoria institucional.	quanto à adequação do cenário atual para a realização de nova edição da pesquisa neste exercício.	edição. Em 2017, a ação referente à avaliação no período bienal que avalia o nível de satisfação de magistrados e servidores não ocorreu em 2017, tendo em vista que não houve solicitação da Administração, sendo esta solicitação faz-se necessária para a execução de uma nova edição. Realizadas duas edições da Pesquisa de Clima Organizacional, em 2012 e 2014. Nova edição depende de solicitação por parte da Administração. Em 2018, não houve resultado informado.
Atendimento da Área da Saúde a Todas as Unidades do Interior	9.6 Propiciar uma aproximação da equipe de saúde do TRT-PR com os magistrados e servidores lotados nas unidades do interior, por meio de intervenções pontuais nessas unidades.	Realizar 2 edições/ano. Em 2016, serão realizadas em unidades da RMC.	Ação anual RESULTADOS: Em 2016, realizou-se quatro edições em razão de restrições orçamentárias no ano de 2016, não houve realização de nenhuma edição do projeto no exercício. Permanece sobrestado em virtude de restrições orçamentárias. Em 2016 e 2017, em razão de restrições orçamentárias, não houve a realização de edições do projeto. Em 2018, apesar de haver a previsão para a realização de quatro edições do projeto, foram realizadas apenas duas, considerando o surgimento de demandas extraordinárias que absorveram a disponibilidade dos servidores que atuam nesse projeto.
PPRA / Laudo Ergonômico / Laudo de Insalubridade	9.7 Inspeccionar as unidades dessa corte, buscando antecipar / corrigir riscos físicos, químicos, biológicos e de acidente, que os servidores estão expostos.	Realizar em 40% das unidades em 2016 e 100% em 2017.	Ação anual RESULTADOS: Devido às restrições orçamentárias impostas em 2016, não foi possível alcançar a meta para o exercício. Ainda é possível o atingimento do proposto para 2017, mas depende de disponibilidade orçamentária.

			<p>Em 2018, a SEFIST demandou a contratação de empresa especializada em Segurança do Trabalho para realização do PPRA em todas as unidades judiciárias e administrativas do TRT. Nesse ano foi realizado o PPRA de 31 unidades do TRT na capital e interior; e está prevista a realização em mais 14 unidades no início de 2019.</p> <p>Adicionalmente, viabilizou-se a contratação de dois profissionais Técnicos em Segurança do Trabalho que atuam junto à SEFIST, atendendo a demandas diversas relacionadas à segurança do trabalho e investigação de fatores causais de acidentes em serviço. Também realizam a análise dos PPRA's das empresas prestadoras de serviço no TRT.</p>
Avaliações dos postos de trabalho	9.8 Ajustes de mesa, cadeira, computador, apoios de pés e de antebraços, conforme demanda individual, da unidade ou a pedido da Seção Médico-Odontológica. Adaptando os postos de trabalho às características antropométricas dos indivíduos.	Avaliar 100% das unidades até 2020.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>As ações anuais serão reavaliadas.</p> <p>Em 2018, realizaram-se avaliações em 75 postos de trabalho diferentes.</p>
Investigação de Acidente em Serviço	9.9 Investigar e registrar acidentes que ocorreram no âmbito desse Tribunal, buscando suas causas e consequências, de modo a proporcionar meios de	Investigar 100% dos acidentes ocorridos até 2017.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>As ações anuais serão reavaliadas.</p> <p>Em 2018 registrou-se a ocorrência de cinco acidentes em serviço,</p>

	orientação aos esforços preventivistas.		sendo investigadas 100% das ocorrências.
Ginástica Laboral	9.10 Prevenir contra LER/DORT, ao melhorar a flexibilidade, a mobilidade articular, as relações interpessoais, entre outros.	Adesão de 100% das unidades até dezembro de 2017.	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o programa deixou de ser realizado em virtude de restrição orçamentária. Ainda não há previsão de retorno.</p> <p>Em 2017, o quadro não foi alterado em virtude de restrição orçamentária, ainda não há previsão de retorno.</p> <p>Em 2018, programa não realizado devido a restrições orçamentárias.</p>
Brigada de emergência	9.11 Promover a efetiva atuação das Brigadas de Emergência nas unidades de Araucária, Cascavel, Cornélio Procópio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Paranaguá, Ponta Grossa e São José dos Pinhais.	Implantar em 100% até 2017.	<p>Ação anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Entre o ano de 2016-2017, o Projeto foi transferido, em 2017, para a responsabilidade da Secretaria Administrativa deste TRT.</p> <p>Conforme disposto no Código de Segurança contra Incêndio e Pânico CSCIP do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, o treinamento efetuado em 2015 teria validade de dois (dois) anos para posterior reciclagem, diante disso não tivemos treinamentos em 2017.</p> <p>Em 2018, tivemos 267 servidores lotados nas Unidades que tem brigada de emergência que fizeram reciclagem e formação de brigadistas.</p> <p>Curitiba (180), Araucária (2), São José dos Pinhais (7), Paranaguá (6); Apucarana (8), Toledo (5), Cornélio Procópio (9), Cascavel (12), Ponta Grossa (7), Foz do Iguaçu (5), Londrina (12), Maringá (14).</p> <p>A atual Administração preocupada com a segurança de</p>

			<p>magistrados, servidores e jurisdicionados estendeu a formação de brigadistas para outras unidades do Paraná, onde 48 servidores concluíram treinamento.</p> <p>Arapongas (1), Assis Chateaubriand (1), Bandeirantes (1), Campo Largo (1), Campo Mourão (2), Colombo (3), Cianorte (1), Dois Vizinhos (1), Guarapuava (4), Irati (1), Ivaiporã (2), Jacarezinho (1), Jaguariaíva 2; Laranjeiras do Sul 1, Mal Cândido Rondon 2, Palmas (1), Palotina (1), Paranavaí (2), Pato Branco (3), Pinhais (1), Porecatu (2), Rolândia (2), Santo Antônio da Platina (2), Telêmaco Borba (2), União da Vitória (3), Umuarama (3), Wenceslau Braz (2).</p> <p>A responsabilidade pelo treinamento em 2018 ficou a cargo da Divisão de Segurança e Transporte, inserida na Secretaria Administrativa.</p>
--	--	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração. Os resultados devem ser apresentados desde 2015, a cada período de apuração, a partir de 2016.
3. Deve ser definido o período de apuração para todos os indicadores em que conste "Ação continuada". Para este eixo de atuação o período de apuração para todos os indicadores poder ser Anual.

Eixo de Atuação 10: Gestão de contratos de projetos de engenharia

Objetivo: Promover e difundir a prática de ações sustentáveis nas edificações do TRT-PR

Ação	Detalhamento da ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Eficiência energética - iluminação	10.1 Elaborar Termo de Cooperação Técnica com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL) visando a efficientização energética das 65 edificações ocupadas por este TRT, através da substituição gradual das lâmpadas atuais por lâmpadas tipo led.	Atualmente nenhuma unidade possui iluminação exclusiva por sistema led	<p>Formalizar Termo de Cooperação Técnica e implantar em 20% das unidades.</p> <p>Redução de 5% a 10% no consumo de energia por mês, por unidade.</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Durante o ano de 2016, a SEA buscou informações acerca do programa junto à concessionária de energia (COPEL) e outro órgão públicos interessados. No entanto, considerando vários fatores de ordem técnica e processual, ainda não foi possível aderir ao Termo de Cooperação. No entanto, a utilização de lâmpadas LED, vem sendo adotada como padrão nos projetos dos novos imóveis, como é o caso das Varas do Trabalho de Palmas, Bandeirantes e Porecatu e dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu, Toledo e Apucarana, bem como nos projetos de reforma, como na Reforma da Sobreloja do Anexo Administrativo e do Térreo do Fórum Trabalhista de Curitiba. Além disso, foram adquiridas 6.000 lâmpadas LED, através do Contrato 32/2017, para substituição gradativa no Fórum Trabalhista de Curitiba e no Edifício Rio Branco, sede do Tribunal nesta capital.</p> <p>Já no ano de 2017, considerando que permanecem os fatores de ordem técnica e processual que dificultam a adesão ao Termo de Cooperação Técnica da COPEL, ainda não foi possível aderir ao mesmo. Já quanto à substituição gradual das lâmpadas para a tecnologia LED, informo que continua sendo implementada nos imóveis do TRT 9ª Região, tanto nos projeto novos quanto nos projetos de reforma.</p> <p>Em 2018, a Secretaria de Engenharia e Arquitetura buscou informações acerca do programa junto à concessionária de energia</p>

			<p>(COPEL) e outro órgão públicos interessados. No entanto, considerando vários fatores de ordem técnica e processual, ainda não foi possível aderir ao Termo de Cooperação. Dentre eles destacamos:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1) O Tribunal seria responsável por contratar e fiscalizar a execução da obra de efficientização, incluindo todos os custos. O ressarcimento do valor seria realizado pela Copel posteriormente à execução de cada etapa do cronograma (página 94 - Cláusula Quarta - parágrafo 4, página 98 - Cláusula Oitava - parágrafo 1);</li><li>2) Os ressarcimentos da Copel são previstos para serem realizados em conta corrente do proponente, da CEF ou Banco do Brasil (página 98 - Cláusula Oitava - parágrafo 2). Porém, o instrumento correto para depósito no Tribunal é a Guia de Recolhimento da União (GRU), sendo o valor depositado no Tesouro Nacional. Dessa forma, seria necessário viabilizar uma das opções: depósito em conta do TRT, ou a transferência do recurso recolhido no Tesouro Nacional para o TRT.</li><li>3) É obrigatório o descarte do material retirado (página 23 - item 8.10). Como se trata de material adquirido com recurso público e que estará em funcionamento (lâmpadas, aparelhos de ar-condicionado, é necessário avaliar a legalidade desse descarte;</li><li>4) O Termo de Cooperação Técnica prevê (página 99 - Cláusula Décima Segunda) uma série de penalidades no caso de atraso na execução da obra, não atingimento das metas de redução de consumo ou descumprimento de quaisquer das cláusulas contratuais. As penalidades vão desde a suspensão dos repasses, multas de 10% sobre o valor de contrato, devolução dos valores repassados e até o pagamento de eventuais multas emitidas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) ou pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) aplicadas contra a Copel em virtude desse processo. Dessa forma torna-se arriscada a participação, tendo em vista que a execução dependeria de, no mínimo, três</li></ol>
--	--	--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>contratações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Fornecimento e substituição de equipamentos;</li> <li>2) Descarte de equipamentos retirados e;</li> <li>3) Medição de consumo, prévio e posterior, por empresa especializada para avaliar os resultados.</li> </ol> <p>Desta forma, haveria risco do Tribunal sofrer penalidades por atividades contratadas junto a terceiros, além do risco de penalização pelo não atingimento das metas de redução de consumo.</p> <p>No entanto, a utilização de lâmpadas LED, vem sendo adotada como padrão nos projetos dos novos imóveis, como é o caso das Varas do Trabalho de Palmas, Bandeirantes, Porecatu e Dois Vizinhos e dos Fóruns Trabalhistas de Foz do Iguaçu, Toledo, Apucarana, bem como nos projeto de reforma do FT de Curitiba. Além disso, foram adquiridas 6.000 lâmpadas LED, através do Contrato 32/2017, para substituição gradativa nas demais unidades deste TRT, estando tal atribuição a cargo da área de conservação, ligada atualmente às Direções dos Fóruns.</p>
<p>Eficiência energética - climatização por SPLIT</p>	<p>10.2 Substituir os equipamentos SPLIT existentes nos edifícios TRT400 e TRT147, por equipamentos com tecnologia inverter, que possuem melhor eficiência energética.</p>	<p>Quantidade de equipamentos instalados</p>	<p>Substituição de 175 equipamentos de ar condicionado, até 2020.</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, os equipamentos condicionadores de ar do tipo SPLIT, tecnologia Inverter, para substituição gradativa nas unidades judiciais foram adquiridos através do PO 68/2016, sendo que durante o exercício de 2016 foram substituídas, por Split Inverter, 31 máquinas no edifício TRT 147 e 2 máquinas no edifício TRT 400.</p> <p>Já no ao de 2017, os equipamentos Split Inverter adquiridos (2016/2017): 70 unidades de 27.000BTU e 108 unidades de</p>

				<p>42.000 BTU; Equipamentos Split Inverter instalados (2016/2017): 23 unidades de 27.000 BTU e 4 unidades de 42.000 BTU.</p> <p>Em de 2018, foram efetuadas substituições de equipamentos em diversas unidades deste TRT. O custo/benefício de manutenção já se encontrava desfavorável (24 equipamentos).</p> <p>Também, seguindo a padronização de equipamentos para as obras de novas sedes e reformas, foram instalados 12 equipamentos na nova sede da Vara do Trabalho de Porecatu, e 39 equipamentos nas obras de reforma do Fórum Trabalhista de Curitiba.</p>
<p>Eficiência energética - climatização por sistema VRF</p>	<p>10.3 Substituir os projetos de climatização padrão que se utilizam de equipamentos SPLIT, por projetos de climatização por sistema VRF, que possuem melhor eficiência energética.</p>	<p>Sistemas instalados</p>	<p>Projeto e instalação nos novos Fóruns Trabalhistas a serem construídos (FT de Foz do Iguaçu).</p>	<p>Bianual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, o sistema de climatização VRF foi adotado nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu. Ambos funcionarão como piloto na análise da eficiência e aplicabilidade desta tecnologia na realidade das unidades judiciárias do TRT 9ª Região. Para os demais projetos está sendo previsto sistema de climatização com Split Inverter, em detrimento à utilização de Sistema VRF, em virtude dos elevados custos iniciais na implantação desse último, o que impactaria de forma significativa os orçamentos das obras. A adoção de tal medida enquadra-se no cenário de escassez de recursos públicos e considera, ainda, o fato do ganho de eficiência do Sistema VRF ficar menos evidenciado quando comparado ao sistema Inverter, sendo esse considerado tecnicamente como um meio termo entre a utilização de Split comum e o sistema tipo VRF.</p> <p>Já no ano de 2017, considerando o impacto relevante no custo das obras, continua-se adotando o sistema SPLIT INVERTER nos projetos de climatização dos imóveis do TRT 9ª Região,</p>

				<p>considerando que este sistema traz um bom fator custo/benefício para estes sistemas, no que tange aos custos iniciais de instalação, custos de manutenção e de utilização.</p> <p>Em 2018, sistema de climatização VRF foi adotado nos projetos dos Fóruns Trabalhistas de Ponta Grossa e de Foz do Iguaçu. Ambos funcionarão como piloto na análise da eficiência e aplicabilidade desta tecnologia na realidade das unidades judiciárias do TRT 9ª Região. Para os demais projetos está sendo previsto sistema de climatização com Split Inverter, em detrimento à utilização de Sistema VRF, em virtude dos elevados custos iniciais na implantação desse último, o que impactaria de forma significativa os orçamentos das obras. A adoção de tal medida enquadra-se no cenário de escassez de recursos públicos e considera, ainda, o fato do ganho de eficiência do Sistema VRF ficar menos evidenciado quando comparado ao sistema Inverter, sendo esse considerado tecnicamente como um meio termo entre a utilização de Split comum e o sistema tipo VRF.</p>
Projeto piloto de energia solar	10.4 Elaborar estudos visando o projeto e instalação de captação de energia solar nas edificações deste TRT.		Alcançar a redução da energia elétrica consumida através da rede de distribuição da COPEL.	<p>Anual</p> <p><b>RESULTADOS:</b></p> <p>No ano de 2016, a equipe técnica da Secretaria de Engenharia e Arquitetura vem pesquisando e buscando conhecimento acerca das tecnologias de captação de energia solar, bem como informações junto à COPEL acerca das possibilidades e viabilidade na implantação de sistemas alternativos de captação de energia solar e aplicabilidade na realidade do TRT 9ª Região.</p> <p>Já no ano de 2017, a equipe técnica da SEA permanece pesquisando sistemas de captação de energia solar, no entanto,</p>

				<p>ainda não foi possível executar um projeto piloto para a aplicabilidade do sistema.</p> <p>Em 2018 foi elaborado estudo para aproveitamento de energia fotovoltaica na nova sede da Vara do Trabalho de Porecatu. Considerando as grandes dimensões do terreno, optou-se pela instalação das placas solares sobre o terreno em detrimento à opção de instalação sobre a cobertura do edifício, de forma a evitar futuros problemas na cobertura (infiltrações) seja decorrente da própria instalação, seja decorrente de manutenções no sistema.</p> <p>Assim, restou contratada empresa especializada, através de adesão à Ata de Registro de Preços nº 13/2018, no valor de R\$ 314.625,00.</p> <p>A previsão de conclusão de instalação e funcionamento do sistema é Abril/2019.</p> <p>Também estão em andamento estudos visando o aproveitamento de energia fotovoltaica através do sistema "car port" que combina placas solares com cobertura de veículos. Tal solução visa atender as demandas de instalação de cobertura de automóveis que vem sendo efetuada por várias unidades, ao tempo em que possibilita o aproveitamento de energia solar, e evita a instalação do sistema sobre as coberturas dos imóveis.</p>
Sistema de Reaproveitamento de Águas Pluviais	10.5 Instalação de sistema de reaproveitamento de águas pluviais nas obras das novas Varas do Trabalho	04 unidades atualmente instaladas (FT de Ponta Grossa, FT de Maringá, FT de Pato Branco e FT de Francisco Beltrão).	10 unidades (inclusão da VT de Wenceslau Braz, VT de Palmas, VT Bandeirantes, FT de Foz do Iguaçu).	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>No ano de 2016, todos os projetos de imóveis novos desenvolvidos pela SEA atualmente possuem sistema coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais. Como exemplo, podemos citar os imóveis das Varas do Trabalho de Bandeirantes, Palmas e Porecatu e nos Fóruns Trabalhistas de Toledo, Foz do Iguaçu e Apucarana. O mesmo conceito está sendo aplicado nos projetos</p>

				<p>de reforma geral dos imóveis próprios desta Regional, como foi o caso do imóvel da Vara do Trabalho de Wenceslau Braz e do Fórum Trabalhista de Francisco Beltrão.</p> <p>Já no ano de 2017, todos os projetos acima mencionados foram executados ou encontra-se em fase final de execução. Nos projetos das unidades de Rolândia e de Dois Vizinhos, ora em execução, será previsto sistema de coleta e aproveitamento de água da chuva, estando este conceito consolidado nos projetos das unidades desta regional.</p> <p>Em 2018, todos os projetos de imóveis novos desenvolvidos pela SEA atualmente possuem sistema coleta, armazenamento e utilização de águas pluviais. Como exemplo, podemos citar os imóveis das Varas do Trabalho de Bandeirantes, Palmas, obras finalizadas em 2017 e Porecatu, obra finalizada em 2018. No exercício de 2019, tais sistemas serão entregues para as obras nos Fóruns Trabalhistas de Toledo, Foz do Iguaçu e Apucarana.</p>
<p>Conclusão do Projeto Padrão de Edificações deste TRT</p>	<p>10.6 Elaboração de Projeto Padrão de Edificações com a adoção de soluções de sustentabilidade através de: uso de iluminação natural, sombreamento de fachadas através de soluções arquitetônicas, permeabilidade do solo, reaproveitamento de águas pluviais, utilização de</p>		<p>Solução Arquitetônica: 2015</p> <p>Solução de aproveitamento de águas pluviais: 2016</p> <p>Solução de aproveitamento de energia solar: 2017</p> <p>Solução de mobiliário</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, no Projeto Padrão Modular do TRT 9ª Região foi aprovado através da Resolução Administrativa 036/2016, sendo fruto de Comissão instituída pelo TRT 9ª Região, onde houve a participação de servidores e magistrados, além da área técnica desta corte. O projeto do Fórum Trabalhista de Apucarana, em fase de licitação da execução da obra, foi o primeiro a ser concebido com base no Projeto Padrão Modular adotado pelo TRT 9ª Região.</p> <p>Já no ano de 2017, esta unidade técnica vem aprimorando o desenvolvimento dos Memoriais Descritivos de Projeto e de</p>

	<p>torneiras hidromecânicas, utilização de caixas acopladas, aproveitamento de energia solar, instalação de equipamentos de acessibilidade (NBR 9050), utilização de mobiliário ergonômico.</p>		<p>ergonômico: 2017</p>	<p>execução de forma a implementar gradualmente a utilização de materiais sustentáveis e de processos que minimizem o desperdício, a geração de resíduos e a poluição do meio ambiente. Nos projetos de reforma, tem-se priorizado o reaproveitamento e reutilização de materiais, ou ainda quando não for possível a reaplicação por parte do TRT, os materiais servíveis estão sendo encaminhados para doação.</p> <p>A preocupação com o aproveitamento máximo da iluminação/ventilação natural nos projetos arquitetônicos, de forma a minimizar a utilização de sistemas de climatização e consequente economia de energia, bem como a utilização de materiais isolantes nas coberturas e forros, tem sido uma preocupação constante.</p> <p>No mesmo sentido, a equipe técnica tem optado por materiais com custo/benefício adequado, de forma a aumentar a durabilidade e diminuir os custos com manutenção.</p> <p>Em 2018, além de Apucarana, foram concebidas com Projeto Padrão Modular as novas sedes de: VT de Porecatu (obra entregue em 2018), FT de Foz do Iguaçu, FT de Toledo (obras em execução com entrega em 2019) e VT de Dois Vizinhos (obra contratada, com entrega em 2019).</p> <p>Nas obras novas, adotam-se as seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prover os ambientes de ventilação natural por meio de ventilação de fachadas e ventilação cruzada;</li> <li>• Utilização de telhas térmicas a fim de manter o conforto térmico e minimizar o uso dos condicionadores de ar;</li> <li>• Sombreamento de fachadas, tendo em vista a ocorrência de diversas solicitações de instalação de toldos nas janelas dos imóveis deste Regional, com vistas a</li> </ul>
--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	-------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>minimizar a incidência direta de sol.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Adoção de válvulas de descarga por caixa acoplada e duplo botão de acionamento;</li> <li>• Instalação de torneiras com desligamento automático nos WCs públicos;</li> <li>• Aproveitamento das águas pluviais, para uso no jardim e limpeza externa.</li> <li>• Prover os ambientes de iluminação natural mediante a utilização de domos translúcidos com sply, proporcionando maior iluminação natural; luminárias dotadas de bandejas refletoras de alto desempenho; Troca de luminárias por modelos mais eficientes;</li> <li>• Troca de reatores por modelos mais eficientes;</li> <li>• Instalação de controle fotoelétrico, para racionamento da utilização da energia elétrica;</li> <li>• Instalação de controle de tempo nos Fóruns Trabalhistas, dotados de automação em sua iluminação externa;</li> <li>• Pintura de paredes, tetos e pisos de cores claras, conforme padrão do CSJT;</li> <li>• Dimensionamento do sistema de ar-condicionado para a carga real, sem excessos;</li> <li>• Adoção de projeto luminotécnico direcionado à eficiência energética.</li> </ul> <p>Nos projetos de reforma, tem-se priorizado o reaproveitamento e reutilização de materiais, ou ainda quando não for possível a reaplicação por parte do TRT, os materiais servíveis estão sendo encaminhados para doação.</p> <p>A preocupação com o aproveitamento máximo da iluminação/ventilação natural nos projetos arquitetônicos, de forma a minimizar a utilização de sistemas de climatização e consequente economia de energia, bem como a utilização de materiais isolantes nas coberturas e forros, tem sido uma</p>
--	--	--	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

				<p>preocupação constante.</p> <p>No mesmo sentido, a equipe técnica tem optado por materiais com custo/benefício adequado, de forma aumentar a durabilidade e diminuir os custos com manutenção.</p>
--	--	--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O objetivo do indicador deve ser revisto pela Subcomissão Gestora. O objetivo pode ser: Adoção de critérios sustentáveis na Gestão de contratos de projetos de engenharia;
3. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

Eixo de Atuação 11: Gestão de outros materiais/insumos Telefonia

Objetivo: redução do consumo com telefonia e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Ação	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Incentivar uso de mensagens digitais	11.1 Gasto médio de contrato de telefonia fixa (R\$/quantidade de linhas)	Redução de 10% consumo total de 2015	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.411.                      Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.402.                      Em, 2017, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.402.                      Em 2018, a quantidade de linhas de telefonia fixa era de 3.382.</p> <p>Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31.                      Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29.                      Em 2017, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 110.640,39.                      Em 2018, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 91.223,58.</p> <p>Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 56,18.                      Em 2016 o gasto médio foi de R\$ 40,69.                      Em 2017 o gasto médio foi de R\$ 32,52.                      Em 2018 o gasto médio foi de R\$ 27,00.                      Houve uma redução de 17% com relação ao ano de 2017.</p>

	<p>11.2 Gasto médio de contrato de telefonia móvel (R\$/quantidade de linhas)</p>	<p>Redução de 10% consumo total de 2015</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 301.  Em 2016, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 242.  Em 2017, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 242.  Em 2018, a quantidade de linhas de telefonia móvel era de 228.</p> <p>Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308.457,26.  Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04.  Em 2017, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 175.989,97.  Em 2018, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 108.097,66.</p> <p>Em 2015, o gasto médio foi de R\$ 1.024,77.  Em 2016 o gasto médio foi de R\$ 1.226,11.  Em 2017 o gasto médio foi de R\$ 727,23.  Em 2018 o gasto médio foi de R\$ 474,11.</p> <p>O resultado geral demonstra diminuição de 35% do valor financeiro dispendido para o consumo de serviços de telefonia móvel entre os anos de 2017 e 2018.</p>
	<p>11.3 Gasto total de contrato de telefonia fixa (R\$)</p>	<p>Redução de 10% consumo total de 2015</p>	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p>

			<p>Em 2015, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 191.637,31.</p> <p>Em 2016, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 138.452,29.</p> <p>Em 2017, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 110.640,39.</p> <p>Em 2018, o gasto com telefonia fixa foi de R\$ 91.223,58.</p> <p>Assim, houve redução de 18% com relação a 2017.</p>
	11.4 Gasto total de contrato de telefonia móvel (R\$)	Redução de 10% consumo total de 2015	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2015, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 308.457,26.</p> <p>Em 2016, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 296.719,04.</p> <p>Em 2017, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 175.989,97.</p> <p>Em 2018, o gasto com telefonia móvel foi de R\$ 108.097,66.</p> <p>Assim, houve redução de 39% com relação a 2017.</p>

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Ação" deve ser denominado "Plano de Ação" e deve apresentar as ações a serem realizadas para alcance do objetivo e metas;
3. O objetivo pode ser alterado para: "Promover a redução do consumo com telefonia (em R\$) e, conseqüentemente, obter economia da despesa."

Eixo de Atuação 12: Gestão de outros materiais/insumos Combustível

Objetivo: Reduzir o consumo de combustível com a frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa.

Objetivo específico	Indicador	Meta	Apuração e Resultados
Diminuir itinerários sempre que possível; manutenção preventiva; uso preferencial de etanol.	11.1 Consumo de gasolina da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017 o consumo de gasolina foi de 23.680,46 litros.</p> <p>Em 2018 o consumo de gasolina foi de 21.970,84 litros.</p> <p>Assim, houve aumento de 7,2% entre os anos de 2017 e 2018.</p> <p>Assim, a meta para este indicador não foi atingida.</p>
	11.2 Consumo de etanol da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017 o consumo total de etanol foi de 4.690,11 litros.</p> <p>Em 2018 o consumo total de etanol foi de 5.855,40 litros.</p> <p>Assim, houve aumento de 25% no consumo de etanol da frota oficial de veículos entre os anos de 2017 e 2018. Assim, a meta para este indicador não foi atingida.</p>

	11.3 Consumo de diesel da frota oficial de veículos	Diminuir 10% em relação ao ano anterior	<p>Mensal/Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2017 o gasto total de diesel foi de 12.298,83 litros.</p> <p>Em 2018 o gasto total de diesel foi de 11.182,31 litros.</p> <p>Como houve redução de 9% no gasto, a meta para este indicador não foi atingida.</p>
--	-----------------------------------------------------	-----------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. O campo "Objetivos Específicos" deve ser denominado "Plano de Ação".
3. O objetivo pode ser alterado para: "Reduzir o consumo de combustível da frota de veículos do TRT-PR e, conseqüentemente, obter economia da despesa."
4. Deve ser criado o seguinte indicador para este eixo de atuação: "Consumo total de combustível da frota oficial de veículos". Os demais indicadores devem indicar que se trata de consumo em litros.

Eixo de Atuação 13: Critérios sustentáveis para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo.

Objetivo: Aplicar as regras e critérios sustentáveis já estabelecidos para compra, distribuição, manutenção, reaproveitamento e desfazimento de materiais de consumo para todo TRT9. (Áreas responsáveis: SMP e SG)

Indicador	Descrição	Ação	Meta	Apuração e Resultados
<p>"Boas práticas" disponibilizadas aos usuários via intranet, em razão do cumprimento da Etapa 6 do Projeto 22/2013;</p> <p>Quantidade de chamados técnicos.</p>	<p>13.1 Desfazimento adequado de toners para impressoras. (Logística reversa)</p>	<p>Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários.</p> <p>Ação contínua.</p>	<p>100% do material descartado</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Pontua-se que o desfazimento deste material é instruído por documentação que inclui cópia de relatório que discrimina a quantidade de toners e o valor pago por cada tipo, cópia do cheque nominal a cooperativa ou associação de catadores cadastrada e respectiva declaração de recebimento da doação do valor financeiro (declaração emitida pela organização de catadores). No ano de 2016 foram vendidos 497 toners que redundou no valor de R\$ 1.848,00. Já em 2017 foram 1134 toners que redundou no valor de R\$2.924,00.</p> <p>Esses valores foram revertidos para cooperativas da região.</p> <p>Assim, a meta para esse indicador foi atingida.</p>
<p>Norma em vigor - Recomendação CNJ 11/2007;</p> <p>Quantidade de contratações para transporte, tratamento e destinação final (descarte) às lâmpadas, reatores e outros materiais já utilizados pelo TRT9.</p>	<p>13.2 Desfazimento adequado de lâmpadas fluorescentes. (Logística reversa)</p>	<p>Promover o reaproveitamento de materiais de consumo e descarte ecologicamente adequado daqueles materiais sem reaproveitamento pelos usuários.</p> <p>Ação contínua.</p>	<p>100% do material descartado</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Em 2016, foi efetuado contrato para a descontaminação de 2.198 lâmpadas do Núcleo de Apoio Administrativo da Setorial de Londrina, no valor total de R\$ 1.099,00.</p> <p>Em 2017, foi efetuado contrato para descontaminação de 5.375, no valor de R\$2.687,75.</p> <p>Houve um aumento de 245%, deu-se em virtude da troca de</p>

				<p>lâmpadas fluorescentes por lâmpadas Led, desde 2012 com a implantação da logística reversa.</p> <p>Assim, desde 2015 (1.619 lâmpadas) a logística reversa destas lâmpadas fluorescentes não tem ocorrido, pois, apesar de previsão contratual, as empresas fornecedoras preferem receber multa contratual a cumprir com o contrato e promover o recolhimento e destinação final ambientalmente adequada das lâmpadas inservíveis.</p> <p>Em 2018, foi efetuado contrato para descontaminação de 7.000, no valor de R\$3.850,00.</p> <p>Houve aumento de 30% de contrato de descontaminação de lâmpadas.</p>
Ato 30/2016 sobre administração de materiais e patrimônio	13.3 Atender ao cronograma de requisições e entrega de materiais.	Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável com a implantação de procedimentos para controle, padronização e racionalização.	Ação continuada	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Este indicador deve ser revisado, pois não há metas e objetivos estabelecidos.</p>
Política de sustentabilidade do estoque.	13.4 Estocar o mínimo necessário.	Tornar a movimentação de materiais de consumo mais sustentável com a implantação de procedimentos para controle, padronização e racionalização.	Ação Continuada	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS:</p> <p>Desfazimento de lâmpadas usadas:</p> <p>Conforme já relatado acima, as empresas fornecedoras de lâmpadas (LED) não puderam efetuar o recolhimento de lâmpadas queimadas na mesma quantidade fornecida, considerando que esse tipo de lâmpada começou a ser usada somente no exercício 2016, não havendo, assim, lâmpadas a serem recolhidas.</p> <p>Com relação às lâmpadas fluorescentes, a empresa Paraná Business Materiais Elétricos Ltda., recolheu, em 18/07/2016,</p>

				<p>1.475 lâmpadas fluorescentes queimadas, em atenção ao Ofício SG 006/2016.</p> <p>Quanto às 125 unidades de lâmpadas tubulares fluorescentes 14 w, citada anteriormente, a empresa Geziane Cunha Furlan - ME fará o recolhimento de 125 lâmpadas usadas, no decorrer do presente mês, conforme Ofício CSG 002/2017 encaminhado à referida empresa.</p> <p>Em decorrência do corte orçamentário no último exercício, também não houve contratação de empresa especializada para recolhimento e destinação adequada de lâmpadas queimadas.</p> <p>Diante de tal cenário, o número de lâmpadas usadas que se encontraram em depósito no edifício sede Cajuru, em que pese ter havido o recolhimento parcial, conforme já citamos, é de aproximadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 1.000 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 32/40 W;</li> <li>- 4.500 unidades de lâmpadas fluorescentes tubulares de 16/20 W;</li> <li>- 200 unidades de lâmpadas de bulbo fluorescentes;</li> <li>- 100 unidades de lâmpadas de vapor de sódio, usadas em refletores;</li> <li>- 150 unidades de lâmpada incandescente;</li> <li>- 100 unidades de reatores. Esta Coordenadoria pretende, durante o presente exercício, solicitar a contratação de empresa especializada para o recolhimento e destinação adequada das lâmpadas usadas que se encontram estocadas.</li> </ul>
<p>Adquirir veículos para o TRT9 em consonância com regras e critérios de sustentabilidade.</p> <p>(Área Responsável:</p>	<p>13.5 Norma em vigor - Resolução do CSJT nº 68/2011.</p>	<p>Utilizar veículos movidos por combustível renovável, com selo CONPET de Eficiência Energética Veicular (concedido</p>	<p>Reduzir a emissão de poluentes e o consumo de combustível Até 2020</p>	<p>Anual</p> <p>RESULTADOS: Entre 2016 e 2017 Foram adquiridos 03 (três) novos veículos Toyota Corola XEi 2.0 Flex 16V, por adesão à Ata</p>

SST)		pelo Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural).		<p>de Registro de Preços, os quais possuem selo CONPET.</p> <p>Relato que foram encontradas dificuldades para cumprir os critérios gerais e estabelecer tais regras dentro do Eixo 13.5, <b>devido à restrição orçamentaria, substituir os veículos mais antigos da frota, que apresentam maior consumo de combustível e custo de manutenção, por veículos novos, com o selo CONPET.</b></p> <p>O alto custo dos veículos elétricos e híbridos ainda não permitiu a este órgão adquirir veículos desta categoria.</p>
------	--	----------------------------------------------------------------------------------------------	--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**OBSERVAÇÕES PÓS ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PRIMEIRO PERÍODO DE APURAÇÃO:**

1. A ficha deste eixo de atuação deve informar a(s) unidade(s) de trabalho competente na apuração de cada um dos indicadores;
2. A ficha deste eixo de atuação deve ser revisada, pois não há indicadores objetivos estabelecidos. Assim, esta ficha de atuação deve apresentar os seguintes campos: plano de ação, indicador, meta, unidade responsável e apuração.

#### **4. INVENTÁRIO DE MATERIAIS**

Por meio da Portaria JP 98/2015 foi constituída Comissão de Inventário para levantamento patrimonial de 2015. No que refere a 2018, foi realizado levantamento dos bens e inserido em página com acesso interno na Intranet.

#### **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após análise da Subcomissão Gestora do PLS-JT, chegou-se à conclusão de que todo o Plano de Logística Sustentável deverá ser revisado, desde o formato, metas, indicadores e ações, para real diagnóstico do Tribunal.

Concluiu-se, também, que o método para obter as informações dos vários setores envolvidos para esse diagnóstico deverá ser priorizado, por meio de documentação formal registrada via sistema do próprio Tribunal.

#### **REFERÊNCIAS**

Conselho Nacional de Justiça. **Plano de Logística Sustentável - PLS**. Brasília, 2017.

Disponível em:

<<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/06/46b1ce9d9857eb583df9e11d09de3068.pdf>> Acesso em 15 de fevereiro de 2019.